



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Roberta Andréa dos Santos Colombo

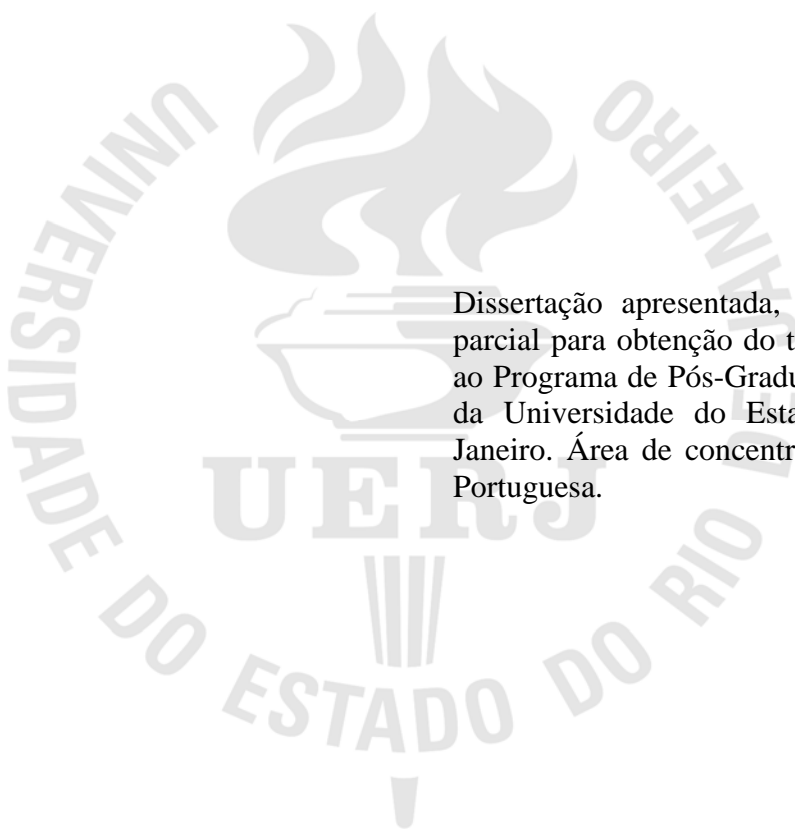
Costumes morais, dilemas sentimentais: o triângulo amoroso da “Novela do Vale” de *Viagens na minha terra* à luz dos modelos de gênero oitocentistas

Rio de Janeiro

2017

Roberta Andréa dos Santos Colombo

**Costumes morais, dilemas sentimentais: o triângulo amoroso da "Novela do Vale" de
Viagens na minha terra à luz dos modelos de gênero oitocentistas**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Marques Samyn

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

G239 Colombo, Roberta Andréa dos Santos.
Costumes morais, dilemas sentimentais: o triângulo amoroso da "Novela do Vale" de Viagens na minha terra à luz dos modelos de gênero oitocentistas/ Roberta Andréa dos Santos Colombo. – 2017.
72 f.

Orientador: Henrique Marques Samyn.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Garrett, Almeida, 1799-1854 - Crítica e interpretação – Teses. 2. Garrett, Almeida, 1799-1854. Viagens na minha terra – Teses. 3. Literatura portuguesa - História e crítica – Teses. 4. Portugal - Usos e costumes - Séc. XIX – Teses. 5. Feminilidade na literatura - Teses. I. Samyn, Henrique Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Roberta Andréa dos Santos Colombo

**Costumes morais, dilemas sentimentais: O triângulo amoroso da "Novela do Vale" de
Viagens na minha terra à luz dos modelos de gênero oitocentistas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa

Aprovada em 28 de agosto de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique Marques Samyn (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Prof.^a Dra. Maria do Amparo Tavares Maleval
Instituto de Letras – UERJ

Prof.^a Dra. Luciene Marie Pavanelo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

À Flávia Adriana dos Santos, minha mãe, que tão cedo partiu -- e não acompanhou a realização dos meus sonhos acadêmicos e pessoais --, e que mesmo sem a educação básica completa, me alfabetizou aos 4 anos de idade e me presenteou com meus primeiros livros.

AGRADECIMENTOS

A Deus, e não à religiosidade.

Ao Professor Henrique Marques Samyn que acreditou no meu potencial, mesmo quando as condições não favoreciam. Obrigada pelas orientações, pelos conhecimentos adquiridos nesta caminhada, e também pelos incentivos.

Às professoras Maria do Amparo Tavares Maleval e Luciene Marie Pavanelo que tão gentilmente aceitaram o convite para compor a banca. Obrigada por aceitarem trazer suas contribuições para enriquecer esta dissertação.

Ao meu esposo, Ricardo, pelo amor e companheirismo. Obrigada por acreditar em mim, sempre.

À minha linda irmã-filha, Raiane, e à minha sogra, que me ajudaram bastante cuidando de nosso bebê para que esta dissertação fosse concluída.

Ao meu filho Caleb. Ser mãe é sem dúvida, a melhor dádiva da minha vida. Mamãe te ama!

Aos meus familiares e amigos que direta ou indiretamente, estão sempre comigo.

[...] as minhas opiniões, os meus sentimentos, as minhas simpatias como homem, como cidadão, como filósofo tal qual, como cristão verdadeiro e sincero, não variaram desde que me conheço, – espero amortilhar-me nelas.

Um me entrou no primeiro sangue com o leite que mamei dos peitos de minha virtuosa e extremosa mãe: outras se me esculpíram no cérebro mole com a educação liberal, mas rígida e severa, em que fui duramente moldado desde a infância, por meu pai, um dos homens mais honrados e austeros que ainda houve nesta terra, – por um tio, filólogo, sábio e erudito daqueles que já não há e que Deus sabe quando tornará a haver em Portugal.

Almeida Garrett, prefácio da terceira edição de Catão.

RESUMO

COLOMBO, Roberta Andréa dos Santos. *Costumes morais, dilemas sentimentais: o triângulo amoroso da "Novela do Vale" de Viagens na minha terra à luz dos modelos de gênero oitocentistas*. 2017. 72 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A narrativa de *Viagens na Minha Terra* tem como fundo histórico intensas disputas políticas entre Absolutistas e Liberais. Podemos dizer que este período envolveu diversas transformações nas esferas políticas, sociais e culturais, tendo homens e mulheres como protagonistas destas mudanças, principalmente no que diz respeito aos costumes morais e à religiosidade da época – tão integrada à educação, fazendo par com uma educação doméstica e patriarcal. No decorrer de sua viagem, o narrador/Garrett conhece uma história de amor protagonizada entre Carlos e Joaquina, tendo Carlos, no entanto, um compromisso com uma jovem inglesa de nome Georgina – e incorpora o romance em sua narrativa. O propósito desta dissertação é, considerando o contexto de escrita e publicação de *Viagens na Minha Terra*, analisar como a educação, a moral e a religiosidade da sociedade portuguesa procurava construir modelos de masculinidade e feminilidade, nesse contexto de guerras e mudanças. Procuraremos, assim, observar os comportamentos dos personagens Joaquina, Georgina e Carlos a partir destas questões para, posteriormente, analisar os seus dilemas amorosos.

Palavras-chave: Almeida Garrett. Masculinidade. Feminilidade. Estudos de gênero. Século

XIX.

ABSTRACT

COLOMBO, Roberta Andréa dos Santos. *Moral costumes, sentimentals dilemas: the loving triangle of the "Valley Novel" of Viagens na minha terra according to the models of the 19th century's genre*. 2017. 72 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The historical background of *Viagens na Minha Terra* is composed of intense political disputes between Absolutists and Liberals. This period involved several transformations in the political, social and cultural spheres, with men and women as protagonists, especially with regard to the moral customs and religiosity of the time – integrated with a patriarchal and domestic education. In the course of his journey, the narrator/Garrett knows a love story involving Carlos and Joantina; however, Carlos is engaged to an English girl, Georgina, and this story is embedded in the narrative. The purpose of this dissertation is to analyze how the education, morals and religiosity of Portuguese society sought to construct models of masculinity and femininity in this context of wars and changes. We will therefore consider the behavior of the characters Joantina, Georgina and Carlos to analyze their love dilemmas.

Keywords: Almeida Garrett. Masculinity. Femininity. Gender Studies. 19th Century.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	VIAGENS NA MINHA TERRA: O CONTEXTO SOCIAL, HISTÓRICO E POLÍTICO.....	11
2	A FORMAÇÃO DOS GÊNEROS NO PORTUGAL OITOCENTISTA	22
3	EDUCAR HOMENS E MULHERES: ENTRE A MORAL E RELIGIÃO.....	34
4	O TRIÂNGULO AMOROSO DA "NOVELA DA CASA DO VALE".....	44
5	CARLOS, JOANINHA E GEORGINA: COSTUMES MORAIS, DILEMAS SENTIMENTAIS.....	58
	CONCLUSÃO.....	70
	REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

A narrativa *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett, transcorre numa época marcada por intensas guerras civis entre Absolutistas – que eram a favor da monarquia absolutista, partidários de D. Miguel – e Liberais – apoiadores de D. Pedro, defensores do liberalismo constitucional. Podemos dizer que este período envolveu diversas transformações nas esferas políticas, sociais e culturais, sendo protagonizado por homens e mulheres formados a partir dos costumes morais e da religiosidade da época – que influenciava profundamente a formação das crianças e jovens, devido a educação doméstica e patriarcal que recebiam.

As *Viagens* surgiram quando Almeida Garrett foi convidado por seu amigo Passos Manuel¹ a fazer uma viagem de barco de Lisboa até Santarém, e António Feliciano de Castilho, diretor da *Revista Universal Lisbonense*, convidou-o para publicar em folhetins as impressões de suas viagens. A publicação começou em 1843, mas devido à censura da época, decorrente das lutas em que o país se encontrava – nesta época, a ditadura cabralista –, foi interrompida em 44, retornando posteriormente em 45. A publicação em livro data de 1846. Durante as mudanças no país, surgia uma nova classe social: a burguesia, consumidora da literatura e principal ditadora dos costumes morais e religiosos do Oitocentos. A burguesia defendia a família e o casamento, e a mulher era educada para viver para ambos, e não gozar de algo que não fosse dentro do matrimônio.

No decorrer de sua viagem, o autor conhece a história de amor protagonizada entre Carlos e Joanhina; Carlos, contudo, tem um compromisso com uma jovem inglesa de nome Georgina. Garrett incorpora em sua narrativa esse romance, que se passa sobretudo no Vale de Santarém; através de um narrador em primeira pessoa, transmite aos leitores, muitas vezes, um diálogo e uma defesa que parece pender em favor do personagem Carlos. Seria possível Almeida Garrett ter transportado para os personagens Carlos, Joanhina e Georgina – além de suas vivências políticas, morais e religiosas – suas próprias experiências amorosas e valores a respeito dos gêneros?

Além de ser um autor de poesias e obras em prosa, Garrett também se ocupava em escrever livros com alguma instrução pedagógica para homens e mulheres portugueses –

¹Passos Manuel é o nome político de Manuel Passos amigo pessoal e de lides cívicas de Almeida Garrett. Passos Manuel foi um dos líderes da Revolução de Setembro, chamada de Setembrismo, da qual trataremos no primeiro capítulo.

defendendo uma educação voltada para os interesses nacionais. Assim, como *corpus* de nossa dissertação, utilizaremos, além da obra *Viagens na Minha Terra* (1846), as obras associadas a um projeto de educação: *O Toucador* (1822), um periódico destinado ao público feminino; e *Da Educação* (1829), tratado de educação para homens e mulheres.

O propósito desta dissertação é, considerando a época da escrita e publicação de *Viagens na Minha Terra*, bem como os anos em que se passa a história da “Novela da Casa do Vale²” presente na obra (de 1832 a 1834), analisar como a educação, a moral e a religiosidade da sociedade portuguesa produzia modelos de masculinidade e de feminilidade, assim formando homens e mulheres envolvidos por esse contexto de guerras e mudanças. Procuraremos, assim, observar os comportamentos dos personagens Joanhina, Georgina e Carlos acerca destas questões para, posteriormente, analisar os seus dilemas amorosos frente aos costumes morais.

Como referenciais teóricos, utilizamos uma bibliografia voltada aos estudos sobre a obra literária e o pensamento de Almeida Garrett, com destaque para Ofélia Paiva Monteiro, bem como obras de historiadores que nos fornecem importantes elementos para compreensão da sociedade portuguesa oitocentista, como Irene Vaquinhas, Oliveira Marques e Maria de Fátima Bonifácio.

²Expressão utilizada por Monteiro (2010).

1 VIAGENS NA MINHA TERRA: O CONTEXTO SOCIAL, HISTÓRICO E POLÍTICO.

A narrativa *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett transcorre num momento da História de Portugal marcado por intensas guerras civis. A esse respeito, teremos como principais acontecimentos políticos a Revolução Liberal, o Setembrismo e a ditadura cabralista. Podemos afirmar que o período ao longo do qual é publicado o texto completo das *Viagens*, quer na *Revista Universal Lisbonense*, em 1845-46, quer na edição em dois volumes, de 1846, foi de intensas transformações nas esferas política, social e cultural; as mudanças na esfera econômica eram acompanhadas de mudanças nos costumes, na educação, na moral e na religiosidade.

Havia, no entanto, anteriormente à publicação da obra de Garrett, uma disputa político-ideológica entre os conservadores Miguelistas³ e os Liberais⁴, que foi antecedida por uma grande crise, provocada, entre outros motivos, pelas invasões napoleônicas e a Independência do Brasil. O conflito entre os Absolutistas e os Liberais culminou em uma Guerra Civil que durou cerca de dois anos, entre 1832 e 1834. Segundo Oliveira Marques (2002, p. 581), "Guerra Civil e Miguelismo coincidiram":

De 1828 a 1834 o conflito armado entre os liberais e absolutistas só variou de palco e de intensidade. Ainda D. Miguel não fora formalmente proclamado rei e já a revolta do Norte eclodira, com marchas e combates. Depois, em 22 de junho de 1828, um pronunciamento militar em Angra – Ilha Terceira, Açores – chefiado pelo comandante regimento de Caçadores 5, o capitão José Quintino Dias (futuro Barão de Monte Brasil), fez aclamar D. Pedro IV, insurgindo-se assim contra o minigolpe de Estado da Câmara local que proclamara a realeza de D. Miguel um mês antes. (OLIVEIRA MARQUES, 2020, p. 581)

Segundo Maria Fernanda de Abreu (2003, p. 60), é de suma importância recordar o período histórico-político da época, não somente no que diz respeito ao momento da escrita de *Viagens*, mas também no que tange a uma época que vem desde a Revolução Francesa, com destaque para as invasões francesas – que fizeram a Corte ir para o Brasil com a proteção naval dos ingleses – e as lutas liberais, “factos sem o conhecimento dos quais muitos dos fios das histórias e das reflexões que se encontram no texto ficarão, para o leitor ignorante, sem suporte referencial”.

³Partidários da monarquia absolutista, liderados por D. Miguel, irmão de D. Pedro.

⁴Defensores do liberalismo constitucional, posição política de Almeida Garrett. Lutavam também a favor de D. Pedro, que voltou do Brasil abdicando ao trono e disposto a assumir a defesa dos seus interesses.

O “motor do barco” da narrativa supracitada é uma viagem feita por Garrett subindo o Rio Tejo a Santarém, a convite do seu amigo Manuel Passos, conhecido politicamente como Passos Manuel, que era chefe da oposição Setembrista. A partir dessa viagem e de seu contexto histórico, cultural e político surgiu *Viagens na Minha Terra*. A partir do capítulo XII da narrativa, o autor nos conta uma história de amor, cujos protagonistas são os primos Joaquina e Carlos, sendo Carlos um combatente a favor do liberalismo.

A obra apresenta uma oscilação entre a razão e o sentimento, típica daquela época. No texto, percebemos influências da concepção romântica do homem e de sua percepção da realidade, estando ambas relacionadas. Todo o conflito romântico presente na obra apresenta valores em decadência ou em transformação, e não mais um mundo organizado e racional como era visto pelo classicismo.

A maioria dos escritores românticos defendia os ideais liberais; o próprio Garrett foi um dos combatentes liberais mais convictos, e a passagem do classicismo para o romantismo levou-a a atentar para a complexidade do homem e da sociedade numa época de constantes transformações. O hibridismo é muito visível, o que dificulta a inserção da obra em um gênero literário específico; mas o escritor de *Viagens na Minha Terra* não se vê como romântico – pelo menos, no que tange ao que convencionalmente chamamos de Romantismo⁵ –, e não hesitava ao contestar as formas literárias tradicionais:

Ainda assim, belas e amáveis leitoras, entendamo-nos; o que vou contar não é um romance, não tem aventuras enredadas, peripécias, situações e incidentes raros; é uma história simples e singela, sinceramente contada e sem pretensão. (GARRETT, 2010 [1846], p. 161).

Durante a sua viagem a Santarém, contemplamos um cenário abrangendo a paisagem, a literatura, a política, a guerra, o amor, assim como o nacionalismo e o sentimentalismo. Entre o Cartaxo e o Vale de Santarém, a beleza da vasta planície e o “delicioso aroma selvagem” da charneca, vem a lembrança de seu passado de lutas:

– Foi aqui!... aqui é que foi, não há dúvida.
 – Foi aqui o quê?
 – A última revista do imperador.
 – A última revista! Como assim, a última revista!... Quando? Pois? Então caí completamente em mim e recordei-me, com amargura e desconsolação, dos tremendo sacrifícios a que foi condenada esta geração... Deus sabe para quê; Deus sabe se para expiar as faltas de nossos passados, se para comprar a felicidade dos nossos vindouros...

⁵Em Portugal, o início do Romantismo é comumente associado à publicação do poema *Camões*, de Almeida Garrett, em 1825 – escrito no momento em que o país se encontrava sob domínio inglês e enfrentava graves perturbações políticas.

O certo é que ali, com efeito, passara o imperador D. Pedro a sua última revista ao exército liberal. (GARRETT, 2010 [1846], p.145)

Ao longo de toda essa época, Portugal viveu um período “romântico”, o qual se firmou no final dos anos 20 e perdurou até a década de 60 do século XIX. Segundo Ofélia Paiva Monteiro,

O Romantismo manifesta-se progressivamente em Garrett a partir dos anos que lhe trazem, pouco após a instalação do regime liberal em 1820 (só definitiva em 1834, no termo de um vaivém político entre absolutismo e liberalismo que culmina com dois anos de guerra civil), decepções e expatriações (em Inglaterra, na França, na Bélgica), amargas mas intelectualmente frutuosas.

Mantém o seu empenho cívico; mas turva-se a sua alegre confiança iluminista no poder da razão e da liberdade para esclarecer o homem e regenerar o mundo. [...] Categórica é a recusa de submeter-se a escolas e modelos. (MONTEIRO, 2010, p. 43-44)

Ainda segundo Ofélia Monteiro (2001, p. 64), “os títulos maiores da obra romântica de Garrett surgem após 1836, quando regressa definitivamente ao País, enriquecido por contrastada experiência”.

Permanecendo súdito leal de Sua Majestade, D. Maria II, tendo abraçado os ideais liberais e participado veementemente das guerras contra o Absolutismo, Garrett se lança às atividades das letras, do jornalismo e da vida pública, e adere à Constituição de 22. Devido à sua participação na guerra contra a monarquia miguelista, foi perseguido, e entre 1823 e 1826 ficou no exílio na Inglaterra e na França.

Derrubado o Liberalismo, os diplomatas portugueses demitidos foram reintegrados e colocados no posto anterior ou noutra, conforme mais convinha à conjuntura do momento.

A invasão da Espanha pelos exércitos franceses, comissionados pela Santa Aliança, e a conseqüente restauração do Absolutismo no país vizinho, puseram em foco Portugal também, ajudando a explicar o maior protagonismo de alguns chefes de missão. Os receios de um absolutismo exagerado, conjugados com o descontentamento face a um golpe de Estado intempestivo e independente do conselho das grandes potências, levaram à sua intervenção declarada em maio de 1824, a favor do quase-destronado rei D. João VI. (OLIVEIRA MARQUES, 2002, p. 290).

Garrett responsabilizou em parte o fracasso liberal português à administração do regime constitucional, que não despertava e não convencia o povo de que a Revolução traria benefícios. Podemos perceber na carta de guia para eleitores, de 1826, que Garrett não estava satisfeito com a situação em que o país se encontrava:

Em consonância, o ensaísmo político de Garrett, insiste, desde *O dia 24 de Agosto*, no que era urgente mudar com a liberdade – as desigualdades perante a lei e os grandes desníveis sociais, a religiosidade obscurantista, a administração e a justiça

viciosas, a instrução pública deteriorada, a estagnação industrial e comercial. (MONTEIRO, 2010, p. 88).

Ora, Garrett era militante político, queria lutar a favor das mudanças em seu tempo a partir da Revolução, mas também era homem com convicções religiosamente católicas. Assim, o que ele também criticava não eram os costumes cristãos, como os predicados femininos e seus deveres – que com sensibilidade moralizante expressou em *O Toucador* e em *Da Educação* – mas sim a falsa religiosidade que aumentava, sobretudo, no clero e nos governantes, que “em nome do altar e de Deus”, praticavam várias imoralidades políticas, sociais e até mesmo religiosas.

Com a morte de D. João VI, em 1826, ascendeu uma guerra que duraria seis anos, e que pôs em dúvida a sua sucessão. D. Miguel, regente de D. Maria, filha de D. Pedro, então Imperador do Brasil, casa-se com a herdeira do trono, pois assim teria pelo menos 11 anos de reinado garantido, até a jovem soberana completar a maior idade. A coroa portuguesa ficaria, assim, pacificada; por isso, mesmo potências como Áustria, Inglaterra, França e Prússia, que duvidavam da capacidade e honestidade de D. Miguel, não se opuseram ao enlace. Contudo, o mundo diplomático dividiu-se.

Segundo Ofélia de Paiva Monteiro (2010, p. 84), o falecimento do monarca motivou de certa forma o engajamento de Garrett, vítima de perseguição absolutista, ao “abnegado desejo de contribuir para uma mudança liberalizante do nosso estado de coisas, cuja única via política – via-o claramente – não podia ser senão, no País real que éramos, um regime monárquico moderado que neutralizasse as forças sociais efetivamente existentes”.

Em 1826 começou uma grande perseguição aos liberais, e mais uma vez Garrett precisou exilar-se. Permaneceu fora de Portugal entre 1828 e 1832, quando D. Pedro desembarca para combater D. Miguel e os absolutistas que o apoiavam.

Ante a política atrabiliária e arrogante do governo miguelista, que deixara insultar súbditos franceses, a França enviou, em Julho de 1831, uma esquadra ao Tejo, ameaçando a bombardear Lisboa se não fossem dadas as satisfações exigidas. Sem o habitual apoio inglês, o governo de D. Miguel teve de ceder ao vexatório *ultimatum* e de aceitar até o apresamento de vários navios. Só após a conquista de Lisboa pelas forças liberais (24 de julho de 1833) é que as principais potências reconheceram, e muito gradualmente, o governo de D. Maria II. (OLIVEIRA MARQUES, 2002, p. 292)

A partir da vitória dos liberais, Garrett destaca-se na política, tornando-se Cônsul-geral na Bélgica, deputado das Constituintes para a preparação da Nova Constituição e Inspetor Geral dos Teatros, com a missão de fundar um teatro nacional. D. Pedro proclamou-se regente

e nomeou o governo liberal colocando, nas pastas dos Estrangeiros e do Reino, Palmela, e nas da Guerra e na Marinha, Agostinho José Freire. O Ministério da Fazenda e da Justiça ficou ao encargo de José Xavier Mouzinho da Silveira, que, segundo António Martins da Silva (1993, p. 89), “empreendeu um vasto plano de reformas legislativas de grande importância: extinguiu alguns conventos, restringiu os morgadios, reduziu os dízimos, direitos senhoriais, portagens e alcavalas, reestruturou a organização administrativa e o sistema tributário”.

Desde a reforma de Mouzinho (1832), que, apesar de liberal, era considerada centralizadora, inicia-se um debate em que Garrett participa; e em 1836 surge, com Passos Manuel, a solução descentralizadora que dura seis anos. Um dos efeitos do liberalismo de Mouzinho da Silveira foi o aparecimento dos “novos ricos”. Sem títulos de nobreza, mas com dinheiro, eles os obtinham através de compras ou casamentos: o nobre falido oferecia a filha em casamento em troca de um bom dote. Como registra um dito popular na época: “Foge cão que te fazem barão. Para onde, se me fazem visconde?”⁶. Garrett menciona essas práticas em uma célebre passagem de *Viagens na Minha Terra*: “São a moléstia deste século; são eles, não os jesuítas, a cólera-morbo da sociedade actual, os barões”. (GARRETT, 2010 [1846], p. 181).

Antes da Nova Constituição, a Carta de 26 já continha igualdades civis e liberdades, direitos e garantias protegidos; mas isso, que era a essência do liberalismo, não estava sendo plenamente praticado, pois esses direitos eram concedidos somente para quem possuía dinheiro, e não para a plebe. Não é, pois, de se estranhar que a burguesia seja o grupo social mais atingido pela crítica. A religião também é alvo de críticas, algo que igualmente percebemos na obra literária de Garrett, quando questiona o fato de que pessoas sem vocação religiosa são ordenadas (caso do próprio frei Dinis, personagem de *Viagens na Minha Terra*). A burguesia continua em período de plena ascensão, afirmando-se como classe dominante no comércio, nas letras, na política, e, por vezes, ganhando e comprando títulos de nobreza. Os “novos ricos” formavam um público consumidor da literatura. Isso não significa, porém, que esse público fosse a maioria da população, que ainda era composta pela plebe, como vimos, e quase todos eram analfabetos. Surgia também uma nova classe trabalhadora, como pequenos agricultores, pequenos comerciantes e artesãos. A partir da Inglaterra, indo por toda a Europa e mais tarde em Portugal, começam a surgir as fábricas, resultado do progresso. Com isso, ao longo do século XIX começou-se a falar sobre a classe operária e o proletariado.

⁶Há quem atribua esse dito ao próprio Almeida Garrett (cf. Vaquinhas; Cascão, 1993, p. 448).

A burguesia defendia a família, o casamento, e a mulher era educada para viver para ambos. Percebe-se, então, um duplo padrão moral de ressonâncias sociais, políticas e mesmo religiosas, pois os homens poderiam frequentar bordéis, obter títulos de nobreza, comprar uma “vaga no céu” e iludir o coração de donzelas (caso de Joaquina, que teve seu coração “partido” por Carlos). Vemos a face do capitalismo, cuja nova moral é ditada pelo dinheiro. Nem por isto, assistiremos Garrett abrir mão dos seus ideais. O povo continua sendo “quem tem sempre melhor gosto e mais puro”, e o burguês – ironicamente, o grande público novo do romantismo – “chato, vulgar e sensabor” (GARRETT, 2010 [1846], p. 91-92). A crítica garrettiana frente à realidade nacional denuncia o dinheiro como um novo senhor: com ele se podia comprar até a dignidade humana. O autor/narrador de *Viagens na Minha Terra* se divide entre o que esperava ter acontecido com a revolta liberal e o que estava acontecendo.

Terminada a Guerra Civil, a derrota do Absolutismo foi selada com a assinatura de Évora Monte, em 1834. D. Pedro IV viria a morrer em setembro do mesmo ano, deixando o país entregue à Carta Constitucional, com D. Maria no governo. A Igreja e grande parte da aristocracia permaneciam miguelistas, e o povo estava cada vez mais afastado da “classe média”. O povo aguardava, esperançoso, que suas lutas pela causa liberal fossem pagas, mas o Estado não disponibilizou o dinheiro que havia prometido. Segundo Maria de Fátima Bonifácio (2010, p. 34), ainda em 1840 “o conde da Taipa dizia no Parlamento que as terras pequenas se achavam em estado de barbaridade feudal”.

Ao contrário de D. Pedro IV, a rainha era muito jovem, tendo 15 anos quando lhe decretaram a maior idade; logo, não tinha autoridade e experiência necessárias para governar eficazmente um Portugal dividido. Bonifácio (2010, p. 33) nos diz que “mesmo em Lisboa, o punhal das facções, e dos ladrões, soltou-se pelas ruas da cidade, expondo diariamente a falta de autoridade do regime liberal”. Um exército não menos dividido tomou conta da segurança. O povo, sofrendo cada vez mais com a falta de saneamento, comida e direitos, estava à beira de uma rebelião.

A rainha D. Maria II foi obrigada a demitir o governo autoritário do Duque da Terceira e a nomear um novo Executivo, que seria chefiado pelo Conde de Lumiares e integrado pelo Marquês Sá da Bandeira e Passos Manuel, entre outros.

Desta vez foi o próprio “povo” que, “com as próprias mãos”, decidiu “tirar de cima de seus ombros” o governo que oprimia “esta desgraçada nação”. Dois anos volvidos sobre a vitória liberal, o regime da Carta nem umas migalhas dera aos pobres. De um lado, uma minoria composta de áulicos, ministros, marechais e generais do exército, altos magistrados, chefes de repartições, conselheiros do Estado e do Tesouro, recebiam “a trimestres adiantados”, engordavam os “agiotas”

com os “tanto por cento” dos empréstimos ao Estado e “constituíam sua a propriedade que recobriram da nação”. Do outro, a multidão dos que eram obrigados a “mendigar algum pagamento” e recebiam o magro soldo ou a miserável fêria com muitos meses de atraso: “os bravos oficiais do exército libertador, os marinheiros, os operários da marinha, das obras militares, da fundição, as viúvas, os órfãos e os inválidos, o mísero calafate, o carpinteiro, o servente e todos os que não têm rendas”. Em suma, não se via “nenhuma vantagem real da liberdade, das luzes, da verdade”. (BONIFÁCIO, 2010, p.36-37)

A Revolução de 9 e 10 de Setembro de 1836, ocorrida em Lisboa, conhecida como Revolução Setembrista, foi, portanto, um movimento popular, que acusava o governo cartista de corrupção, argumentando que ele só defendia os interesses da alta burguesia, e que ia contra a Constituição de 1822. Os líderes colocaram à frente da Revolução pessoas mais ligadas à política, como Passos Manuel e Sá da Bandeira, o que não apaziguou os conflitos.

Segundo Silva (1993, p. 101), o “primeiro governo saído dos acontecimentos de 9 e 10 de setembro era constituído por personalidades da ala radical do liberalismo, todos membros da oposição anticartista”. Sá da Bandeira era um “liberal convicto”, adepto da Constituição de 22, mas respeitoso para com a Carta, pois era leal à rainha; e Passos Manuel obteve “participação fundamental no governo” enquanto Ministro do Reino. Entretanto, houve novas eleições e novas Cortes Constituintes. Foi redigida pela Rainha D. Maria II de Portugal a terceira Constituição – a Constituição de 1838 –, que era um “intermédio” dos textos da Constituição de 22 e a Carta de 26.

Algumas das principais características da “Nova Lei Orgânica” são os princípios clássicos da estrutura tripartida dos poderes, o bicameralismo das Cortes (Câmara dos Senadores e Câmara dos Deputados) e a descentralização administrativa. A nova Lei Orgânica reafirmou a soberania no país, restabeleceu o direito de voto direto e eliminou o poder moderador.

Mas foi sobretudo no plano cultural e educacional que a primeira governação setembrista empreendeu sérios esforços: ordenaram-se medidas que visavam não só a criação e a reestruturação de estabelecimentos de ensino, cultura, arte e ciência, como também o aproveitamento de e a selecção de obras especializadas nas livrarias dos extintos conventos para serem distribuídas por aquelas instituições. [...]

Finalmente, procurou-se salvaguardar e conservar imóveis (edifícios, matas, jardins) com interesse monumental, histórico, artístico ou científico, que haviam pertencido aos conventos extintos, e destiná-los a museus e a instituições culturais ou de utilidade pública. (SILVA, 1993, p.102)

No entanto, o primeiro governo setembrista não foi dos mais fáceis, e dois meses depois da posse Passos Manuel foi demitido do cargo por D. Maria II; contudo, ele recuperaria o poder depois, sob a atuação de Sá da Bandeira e com o apoio da Guarda Nacional. Nada disso foi suficiente para conter a agitação popular. Apesar disso, o setembrismo se revelou como um defensor do patrimônio cultural, de conservação de

monumentos históricos, dentre outras utilidades públicas. “Se outra honra não tivesse, cabia-lhe, pelo menos, esta legítima glória: a de ter contribuído para o desenvolvimento e preservação da cultura nacional, remando energicamente contra o oportunismo e a ganância da época”. (SILVA, 1993, p.102)

Em 1838 os ideais setembristas estavam em conflito entre si, e a crise ministerial eclodiu quando se soube que a Rainha estava a formar o um novo governo, levando os radicais a invadirem as ruas de Lisboa em um grande protesto. Sá da Bandeira juntou armamentos bélicos e os distribuiu ao povo para tentar impedir “o golpe de Estado” que viria ser “cabralista”, mas não obteve sucesso. Segundo Bonifácio (2010, p.41), esta batalha ocasionou dezenas de mortes e feridos, e “com este episódio sangrento expirou o reinado do setembrismo, que, tendo apanhado o poder da rua, sem ela não metia medo nem era nada”.

Em abril de 1839 caiu o governo setembrista chefiado pelo visconde de Sá Bandeira. Sucedeu-lhe o “ordeiro” brigadeiro Rodrigo Pizarro, que veio a cair em novembro seguinte. Sentindo-se sem apoio, D. Maria vê-se obrigada a entregar o poder aos radicais. Este governo fez nova legislação que alargou a representação política burguesa, promoveu o ensino, o livre pensamento e a imprensa sem censura. Isso levou o administrador geral a ser substituído por António Bernardo da Costa Cabral, que exigiu que o governo mobilizasse a tropa nacional. Segundo Silva (1993, p.105), Cabral foi militante setembrista, revolucionário comprometido com algumas atuações mais radicais, embora ultimamente já apresentasse um comportamento suspeito às causas setembristas.

A monarquia sobreviveu com algum prestígio de autoridade ao “grande terremoto revolucionário”, sendo este um dos motivos que fez Costa Cabral restaurar a Carta Constitucional de 1826 – até porque esta Carta nada devia à soberania popular, pois foi outorgada pelo rei. Para restaurar a Carta de 26, Cabral contou com a ajuda do exército, cujos comandos mais importantes pertenciam ao cartismo.

Em fevereiro de 1842, a rainha decretou a restauração da Carta de 26, e Cabral foi nomeado Ministro do Reino; no entanto, o governo já era presidido pelo Duque da Terceira, que também tinha a pasta da Guerra.

Mas o ciclo revolucionário não ficou encerrado. Os vencidos, naturalmente, não se resignaram. Para mais, Cabral governava com uma mão de ferro que, dados os antigos hábitos “ordeiros”, passava por despotismo ou tirania.[...]

Tinha também o apoio de um exército sofrivelmente disciplinado e da Guarda Municipal de Lisboa, de que D. Carlos de Mascarenhas fizera um razoável instrumento de repressão.[...]

Mas, no decreto de 10 de Fevereiro, ela [a Rainha D. Maria] tinha prometido a reforma da Carta, e estas “promessas” tornou-se a bandeira de toda a oposição, que

reunia agora na chamada “coalisão” não apenas o setembrismo com a sua “cauda de descamisados”, mas também figuras gradas do cartismo de 1834-1836 e conspícuos miguelistas. (BONIFÁCIO, 2010, p. 44-45)

O resgate da Carta de 1826 foi, portanto, uma resposta do golpe militar de 1842 dirigido por António Bernardo da Costa Cabral. Este novo sistema de centralização passou a se chamar Cabralismo, contra o qual, Garrett, mais uma vez se levanta. “Para os cartistas, 1842 marca um período de conciliação, de “ordem” e de progresso. Para os setembristas, miguelistas e cartistas dissidentes enceta-se um sistema governativo que provoca de imediato a sua hostilidade”.(RIBEIRO, 1993, p.107)

Em 1843, os seis primeiros capítulos do romance *Viagens na Minha Terra* saem na Revista Universal Lisbonense; em 1844 a publicação é interrompida devido ao contexto político, sendo retomada em 1845. Garrett não atacava diretamente Costa Cabral, mas isso não o impediu de ter sua obra censurada. Em *Viagens*, o narrador/Garrett combate os barões, os caminhos de ferro, os frades corruptíveis, a literatura escapista (espiritualista em tempos de materialismo) e tudo o mais que ia contra seus ideais.

Segundo Oliveira Marques (2002, p.604), muitas foram as perseguições à imprensa:

De parte a parte, a violência da linguagem conheceu poucos limites, revelando sem disfarces um clima de ódios e de impossível conciliação. Verificaram-se algumas suspensões de jornais, nomeadamente de fevereiro a maio de 1844, época em que, a pretexto da guerra civil em curso, todos os periódicos foram proibidos, à exceção do Diário do Governo. (OLIVEIRA MARQUES, 2002, p.604)

Cabral fez regressar ao poder a grande burguesia e apostou no fomento industrial, nas obras públicas, reformou a saúde, pretendendo uma melhoria pública nacional de modo extremamente pragmático:

Cabral quis reformar com um mínimo de oposição, a fim de que a sua obra efectivasse depressa no sentido da modernização de Portugal. Importavam-lhe poucos os princípios, que sujeitava à consumação dos objetivos. [...] Paz e prosperidade era o que ele exigia, a qualquer preço. Daqui, o “renascimento” do Miguelismo e a ditadura do Cabralismo como arautos de uma possível regeneração. Os méritos da nova situação foram, todavia, anulados, pelos deméritos de um regime de compadrio e de imoralidade política e económica. (OLIVEIRA MARQUES, 2002, p.603-604)

Segundo Bonifácio (2010, p.45), Costa Cabral foi nomeado pela rainha Conde de Tomar; já enriquecido, tomou para si carruagens e palácios, beneficiando também o seu irmão José Bernardo da Silva Cabral, que em 45 foi Ministro da Justiça e Conselheiro de Estado – o

que dividiu ainda mais o governo, pois muitos estavam insatisfeitos com esse nepotismo “descarado”.

Os dois irmãos de sangue do Ministro do Reino, José Bernardo da Silva Cabral e João Rebelo da Costa Cabral, o próprio pai, António Bernardo da Silva Cabral e até um primo, João António Ribeiro Pessoa Cabral, foram eleitos deputados. O irmão mais velho, José, ocupou, além disso, os mais diversos cargos: governador civil do Porto, governador civil de Lisboa, conselheiro de Estado, Ministro do Reino e Ministro da Justiça. O irmão João viria a ser Presidente da Câmara dos Deputados. [...]

Esta “fraternidade” levaria a que o regime passasse a ser conhecido como o “tempo dos Cabrais”, com reflexos infundáveis na caricatura, na sátira, na prosa política, etc. (OLIVEIRA MARQUES, 2002, p.604)

Se de fato, Portugal, principalmente Lisboa, se modernizou bastante com a administração da ditadura cabralista no poder, essa modernização ocorria a qualquer preço, como vimos, em nome de um progresso e da manutenção dessa “paz” civil.

A política de Costa Cabral era a política do chamado “*juste milieu*”, um centro equidistante dos extremos *extérieures* à Monarquia Constitucional: a revolução e a reação, o *radicalismo* e o miguelismo. Depois de Évora-Monte, este último tornara-se inofensivo. O primeiro encarnava a “hidra revolucionária” e era preciso esmagá-lo. Por conseguinte, o “*juste milieu*” de Costa Cabral perfilava-se como um liberalismo conservador, e ao contrário do centrismo dos “ordeiros”, definia-se não como consenso ou síntese de opiniões contrárias, mas como exclusão de todos os que não aderissem à pura doutrina do cartismo. (BONIFÁCIO, 2010, p.42-43)

Além das oposições que o governo cabralista vinha sofrendo, havia o problema com a dívida pública e o déficit orçamentário do Estado. Em abril de 1846 houve a insurreição da “Maria da Fonte”, que imortalizaria a família Cabral como símbolo da violência do Estado. A população eclodia com “morras” aos “Cabrais”:

À medida que se foram sabendo as notícias, toda a oposição rejubilou, saudando os acontecimentos como um pronunciamento popular e nacional contra a tirania de uma facção.

Tomar apelou para o exército.[...] No terreno, os militares exibiram uma enorme “repugnância” em cumprir a sua missão com zelo e eficácia. Silva Cabral regressou a Lisboa derrotado. (BONIFÁCIO, 2010, p.46-47)

Concomitantemente, o duque da Terceira pediu demissão do cargo, ocasionando o que já era esperado: a queda do Ministério. Costa Cabral e a família exilaram-se em Espanha.

Embora o Cabralismo, na sua primeira fase, correspondesse ao espírito e à atuação de um governo a que Costa Cabral não presidia, foi o protagonismo do Ministro do Reino que essencialmente marcou toda a governação. Foi um golpe de Estado pacífico, e foi o próprio

ministro que deu fim à Constituição de 38. Esse primeiro período do Cabralismo durou até 1846, ano em que foi publicada a edição em livro de *Viagens na Minha Terra*.

2 A FORMAÇÃO DOS GÊNEROS NO PORTUGAL OITOCENTISTA

No Portugal de Oitocentos a educação dava-se prioritariamente no ambiente doméstico, com especificidades das representações de gênero, determinando o que dizia respeito aos meninos e às meninas.

A educação da mulher portuguesa e do homem português no século XIX era, antes de tudo, baseada em princípios morais e religiosos; os “bons costumes” estavam diretamente ligados e associados a estas práticas, as quais eram consideradas corretas e adequadas às “pessoas de bem”. A igreja ainda era ligada à educação, logo, essa tradição era tão presente e comum na sociedade, que existiam colégios separados para meninas e meninos, e ensinava-se para as meninas, além de práticas domésticas – para aprenderem a serem boas donas de casa e excelentes mães – práticas religiosas, como a castidade – pois as “perdidas” não conseguiam um bom casamento e, às vezes, nem mesmo um mau casamento.

Veremos neste capítulo o porquê de uma educação tão diferenciada – sabemos, claro, que cada indivíduo é único; mas aqui falamos de gêneros, feminino e masculino –, visto que mulheres e homens tinham papéis muito diferentes na sociedade, e conseqüentemente, a educação de ambos precisava atender essas específicas necessidades. No que diz respeito à obra literária que nos interessa, podemos indagar: como essa educação de Oitocentos pode ter influenciado a formação de Joanhina, Georgina e Carlos, considerando as concepções da época, quando a mulher era educada, principalmente, para ser “do lar”, e com isso recebia uma educação que a tornava mais propensa a aceitar o seu destino – geralmente um casamento, ou... um abandono, por conta de rapazes com estilo “donjuanesco”? É possível que Almeida Garrett tenha projetado nos personagens supracitados – além de suas vivências políticas, morais e religiosas – suas raízes educativas e amorosas?

Segundo Ofélia Paiva Monteiro (2010, p. 152), Almeida Garrett nasceu e foi criado em uma família “de todas as virtudes religiosas e civis”, e ainda muito jovem morou com o tio, o franciscano D. Frei Alexandre da Sagrada Família, em relação a quem nutria muita admiração ética e religiosa. Com isso, aprendeu a ser “homem” e, já antes da sua maturidade como escritor, procurava ocupar um papel de intelectual cidadão dado à educação, à moral e à “boa religião”, dedicando-se a escrever obras educativas e de “instrução a todo povo” com o propósito de construir uma melhor civilização.

Entre as suas preocupações centrais estão: o desejo de fazer da imprensa “uma força motriz da civilização”; a valorização da economia política, disciplina moderna central na Europa em que vivia, em cujo campo se aventura; a divulgação de “tecnologias modernas” capazes de dinamizar a produção portuguesa; e a necessidade de realizar-se uma reforma fiscal e de investir-se no desenvolvimento da infraestrutura do país, de modo a favorecer a circulação de pessoas e mercadorias. (DAVID, 2010, p.13)

A trajetória garrettiana atravessa as invasões francesas, já em direção à Guerra Civil – fatos históricos que contribuíram também para uma mudança no cenário cultural, principalmente no que diz respeito à educação, pois aos meninos estava destinada uma educação mais viril, aliada a uma instrução civil ou militar, além do desenvolvimento intelectual – o que veremos literariamente figurado no jovem Carlos; já nas meninas se valorizava um comportamento ingênuo e uma moralidade casta – além dos cuidados com as atividades domésticas, pois não podiam chegar à fase adulta sem habilidades consideradas próprias das mulheres (embora no século anterior os serviços domésticos já fossem executados por criados de ambos os sexos, cabendo apenas à mulher da casa distribuir-lhes as funções).

Todavia, não havia ensino oficial em Portugal para as meninas até 1815, quando se manda executar um decreto de 1790, de D. Maria I, criando 18 lugares de mestras públicas de meninas, que as ensinariam a ler, escrever, fiar, tecer, coser, bordar e cortar. A partir dos anos 30, a escola passa a ter o papel de estender ao gênero feminino o modelo da reforma educativa, segundo o qual saber varrer e arrumar as carteiras, por exemplo, fazia da aluna uma excelente dona de casa. Cabia à escola também inculcar nas meninas o recato.

Para entendermos melhor as consequências resultantes da educação destinada a homens e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX, é necessário buscar suas origens na elite intelectual, que determinava – como veremos mais adiante – parâmetros educativos adequados aos gêneros masculino e feminino, designando o que fisiologicamente poderia ser executado pela mulher, ou não, devido à sua natureza humana (limitada pela gravidez, por exemplo).

Para que possamos entender a proposta educativa do autor de *Viagens na Minha Terra*, veremos duas de suas obras dedicadas à educação da sociedade oitocentista, sendo *Da Educação* (1829) voltado à educação para homens e mulheres, e *O Toucador* (1822), um periódico destinado ao público feminino.

Não é também consentâneo com a realidade pressupor ou afirmar, como alguns autores fazem que Garrett começou a interessar-se pela educação por motivos conjunturais derivados dum mero circunstancialismo resultante do imperativo

profissional [...]. Na verdade, é nosso entendimento que esse interesse decorre de exigências estruturais do seu pensamento e da profunda convicção de que a educação é instrumento decisivo da liberdade e de que esta não resiste à ignorância. (MACHADO, 1993, p.145)

Da Educação é um livro de educação doméstica ou paternal comum a ambos os sexos; segundo o próprio autor, a obra encontra-se incompleta, devido a um naufrágio ocorrido no Porto, em 1832. Ele próprio havia refundido a obra para ser oportunamente publicada.

O livro tem a sua primeira parte dirigida “a uma senhora ilustre encarregada da instituição de uma jovem princesa”, futura rainha D. Maria II (MACHADO, 2009, p.105). No entanto, em seu tratado o escritor não esconde a intenção de definir os preceitos para uma educação geral,

[...] pois que a educação de nossa Augusta Soberana pende em grande parte os destinos futuros da nação. Certo, esta ideia fixa e constante me acompanhou em toda a redacção de meu trabalho, e foi ponto para onde convergeram todas as linhas de meu plano. Julgo contudo que nem por isso desatendi as outras espécies de educação que ele abrange. O meu livro não é um tratado de educação de príncipes, é um tratado de educação geral, que em sua generalidade até essa espécie compreende. (GARRETT, 2009 [1829], p. 89-90)

Segundo Fernando Augusto Machado,

No caso da pequena rainha, vai até mais longe. Sobrepondo a soberana à filha, à esposa e à mãe, funde a fêmea no varão, como para tal ser educada e instruída. Assim o exigia, a seu ver, a lei e a nação.[...]

Sintetizando, podemos dizer que os reduzidos espaços que Garrett concede à educação específica da rainha e a de príncipes são segmentos circunstanciais de estratégia que não quebram o fio nem escondem o programa de educação geral que dá objecto à obra. Por outro lado, mesmo no espaço que dedica à educação de príncipes, Garrett cumpre, de forma expedita e com mestria, o seu projecto vital de intervenção doutrinária e de cidadania com uma governação liberal. (MACHADO, 2009, p. 64-65)

No campo educacional, Garrett é inspirado por Rousseau, cujas concepções pedagógicas são adotadas em grande parte da Europa. Segundo Fernando Augusto Machado (1993, p.103), é “efetivamente no *Da Educação* que transparece, de forma mais clara e sistemática, a matriz profundamente rousseuniana do seu ideário pedagógico”. Nas palavras do próprio Almeida Garrett,

[...] Convidava-me o exemplo do *Emílio* a seguir este, pelo interesse que naturalmente excita aquele como fio de romance com que o elegante escritor, não menos que profundo filósofo, atou seu variegado ramilhete de flores e frutos. Mas dissuadia-me por outro lado o temor da comparação, e já também a ideia da maior dificuldade para o leitor em formar noção clara e precisa do sistema do autor, de o conceber bem distintamente tanto em seu pensamento geral como nas aplicações especiais. (GARRETT, 2009 [1829], p. 96)

Datado de 1762, *Emílio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau é considerado por muitos especialistas como um dos primeiros e mais importantes livros pedagógicos, e a partir dele produziu-se na Europa um vasto movimento de interesse pelas doutrinas educativas.

Rousseau discorre, na obra, sobre o homem natural e o homem social. O homem natural seria o homem bom, aquele que tem a bondade natural, do campo, da ingenuidade, que ainda não se juntou à civilização. O homem social seria o homem corrompido, aquele que se afastou do seu meio natural para viver em sociedade. Podemos perceber em Carlos, de *Viagens na Minha Terra*, uma corrupção do homem natural, tornado homem social, uma vez tendo deixado a charneca ribatejana para viver e combater “mundo afora”. A charneca ribatejana e o Vale de Santarém possuiriam uma pureza primordial, isentas de interesses mesquinhos e materiais. Nelas, o ser humano é bom e feliz. Por oposição à natureza, a sociedade corrompe. As normas e as convenções afetam a liberdade humana, submetendo as pessoas a interesses materiais, como no caso de Carlos.

Em fins do século XVIII e no primeiro ciclo do século XIX abundam as traduções de *Émile* em línguas estrangeiras, mas não havia tradução em português. Segundo Machado (1993, p. 103), o livro até então era relativamente “ignorado” em Portugal até Garrett usá-lo largamente em *Da Educação*, escrita durante o seu exílio, em 1829, na Inglaterra.

Garrett está imbuído de Rousseau. A presença deste encontra-se na generalidade da sua obra, nomeadamente na literária e na política. No entanto, é no vector educativo que mais explicitamente se manifesta, em termos de adesão ou criticamente, mas quase sempre que trata de assuntos de natureza educativa. (MACHADO, 1993, p.103)

No entanto, o ideário pedagógico garrettiano, mesmo ligado a concepções rousseauianas, mantém características próprias, concebendo uma educação nacional e ligada à liberdade que ele tanto buscou nas guerras liberais.

Paralelamente, Garrett compreendeu e aderiu sistematicamente e com afinco ao princípio de que não pode haver liberdade sem instrução, cidadãos livres sem educação. Com ignorância não se poderia garantir a Regeneração, isto é, não se poderia garantir a liberdade generosamente conquistada mas não suficientemente enraizada, liberdade que é, como em Rousseau, característica essencial da natureza humana e condição absoluta da verdadeira soberania. Por isso considera a “arte de formar homens” como “a mais sublime e mais útil” e aquela “que mais nos assemelha à Divindade, a que mais aproxima a criatura do Criador”. Desta forma, educação e liberdade aparecem como conceitos fundamentais e indissociáveis, que, além de teorizados, têm, também, de ser vividos. (MACHADO, 1993, p. 132)

Percebemos que logo na primeira parte do livro, quando o autor trata das normas da puericultura, a influência de Rousseau se faz presente. No entanto, o próprio Garrett fez questão de propor uma educação nacional; assim, por vezes integra o pensamento rousseauiano ao seu plano educativo, e por vezes o critica.

Eu tenho que nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional. Nem o próprio "cidadão de Genebra" era capaz de educar bem um cidadão estrangeiro. Devemos examinar as escolas, estudar os sistemas de educação dos países mais civilizados, não para mandar a elas nossos filhos, - que o não queremos para Franceses, Ingleses ou Alemães, senão para Portugueses - mas para melhorarmos e aperfeiçoarmos nossas escolas por essas. (GARRETT, 2009 [1829], p. 95)

Como sabemos, o plano de reforma social do “filósofo de Genebra” incluía a aprendizagem do trabalho manual, ou mais propriamente de um ofício, como marceneiro, por exemplo. A escolha também assentava em motivos de ordem doméstica no que diz respeito às mulheres.

[...] Não é forçoso que seja marcineiro como Emílio: se a inclinação o chama às ciências especulativas, o bom foronômico há-de achar pão em toda a parte do mundo; se o convida à benfazeja ciência de Hipócrates, em país nenhum há-de morrer à míngua; [...]

Não quero dizer tampouco que absolutamente não convenha ensinar alguma coisa das artes fabris. Se para alguma tem propensão o educando, aprenda-a embora.

[...]

Mas aprenda ou não aprenda o nosso Emílio um ofício, contanto que tenha uma profissão, que saiba exercer uma arte útil: Sofia, essa há-de acostumar-se desde já ao exercício fabril que é próprio de seu sexo.

[...]

Neste lugar, permita-se-me por inteiro um capítulo da Madame Campan, desse excelente curso de educação que tantas vezes tenho citado [...].

"Convém, diz ela, que as meninas se ocupem quanto antes com trabalhos de agulha; mas até à idade de doze anos e ainda depois, sejam quais forem as posses de sua família, não é conveniente permitir-lhes nenhuma dessas obras de fantasia com que se entretêm as mulheres ricas: basta ter gosto para ser perfeita nessas coisas, quando aliás é essencial começar desde pequenina a exercitar-se naquele género de trabalho que mais tarde se não pode aprender. É necessário que para logo adquiram hábitos que as façam sedentárias. Julgo portanto que desde a idade de seis anos, sentada ao pé de sua mãe, uma menina deve começar a servir-se da sua agulha, uma hora por dia, e por duas vezes diferentes; porque é preciso cuidado em não lhes criar antojo e aversão à mais constante e mais preciosa ocupação de seu sexo. [...]" (GARRETT, 2009 [1829], p. 201-202)

Ora, é muito significativa a discordância de Almeida Garrett acerca da obrigação imposta a Emílio. Para ele, parece um tanto exagerada a doutrina de Rousseau sobre a necessidade de todos os homens aprenderem um ofício. Admite, sim, que os pais facultem aos filhos uma formação profissional definida. Mas não vê razão – ou não a

compreende – para que seja um ofício mecânico. Diz que, se o menino dispuser de aptidões de ofício mecânico ou fabril, que assim o aprenda. Em seu tratado sobre educação, Garrett afirma que o ofício fabril é para as mulheres, desde que adequados ao seu gênero.

Para Garrett, desde pequena, e ainda no colo, a criança tem direito de receber educação; educação esta que deve ser dada em casa, pois a mãe tem o dever de transmiti-la. Para Garrett, assim como para Rousseau, estes cuidados só não são possíveis se os pais não puderem, devido a alguma circunstância, educar a sua “prole”.

Os pais são os mentores e educadores naturais de seus filhos. Esta regra é tão regra e tão geral como as de serem as mães as suas amas naturais. Tão culpada e criminosa é para com Deus, para com a natureza e para com a sociedade, a mãe que abandona o fruto do seu ventre ao leite mercenário de uma estranha, como o pai é a mãe que, apenas criado, o entregam ao cuidado não menos mercenário de um pedagogo, de um director de colégio.

[...]

Nas duas primeiras épocas da vida, a infância e a puerícia, poucos casos há, geralmente falando, em que os pais não devam ser os educadores de seus filhos, quer de um quer de outro sexo; [...]

Mas no fim destas duas épocas, a educação até qui comum aos dous sexos tem de dividir-se: e em nossos actuais costumes e formas sociais, os varões devem ir para o colégio fora do regaço materno e mimos da casa paterna, acostumar-se à regularidade severa de educadores estranhos e ao comércio e conversação dos homens com quem têm de viver: as meninas devem ficar no gineceu sob a vigilância da mãe e a seu cuidado somente. (GARRETT, 2009 [1829], p. 98-99)

Na parte II do livro, leva-nos o autor, fiel ao seu método cronológico de sistematização de conhecimentos, pela segunda e terceira infância até à adolescência, ou melhor “puerícia”, designação que se aplica àquelas duas fases.

Daqui as três divisões naturais da educação física, moral e intelectual. Fazem-se estas divisões, para clareza da matéria e facilidade do plano do educador, porque as não fez a natureza nem as comporta a prática. Todas três estão ligadas, são objectos que juntos se devem obter, em que ao mesmo tempo se deve trabalhar.

[...] (GARRETT, 2009 [1829], p.108)

A educação física, intelectual, religiosa e moral preenchem as cartas terceira, quarta e quinta. Garrett, no entanto, sempre contextualiza a importância da religião na educação, afastando-se do laicismo de Rousseau.

Na sexta carta da obra, conclui-se a puerícia. Nesta época, para Garrett, a educação moral deve sobrepor-se à educação intelectual.

Na puerícia dei o primeiro lugar a educação moral, o segundo a física, e conservei a intelectual no terceiro. Damos complemento à educação da puerícia com um meio de perfeição moral, que participando também do intelectual, terá efeito promíscuo

sobre o coração e sobre o espírito, e será o elo que prenda a educação principalmente moral desta época a da época imediata, que também, principalmente deve ser intelectual. (GARRETT, 2009 [1829], p. 160)

No que diz respeito à educação da mulher, não percebemos algo muito inovador por parte de Garrett, pois ao modo rousseauiano, concentra em Luísa, como veremos mais adiante em *O Toucador*, e em Joanhina, personagem de *Viagens na Minha Terra*, a passividade e a bondade como características essencialmente femininas⁷. Para Rousseau, a mulher ideal possuía estas qualidades, de modo que a mulher suportaria tudo para fazer seu marido feliz.

A primeira e a mais importante qualidade de uma mulher é a doçura; feita para obedecer a um ser tão imperfeito quanto o homem, tantas vezes tão cheios de vício e sempre tão cheios de defeitos, ela deve aprender cedo a suportar até a injustiça, assim como os erros de seu marido, sem se queixar; não é por ele, mas por si mesma que ela deve ser doce. A aspereza e a teimosia das mulheres sempre só aumentam os males e o mau comportamento do marido; eles percebem que não é com essas armas que elas devem vencê-los. Os céus não as criou insinuantes e persuasivas para tornarem-se coléricas; não as fez fracas para serem imperiosas; não lhes deu uma voz tão doce para dizerem injúrias; não lhes deu traços tão delicados para que fossem desfigurados pela cólera. Quando se zangam se esquecem; muitas vezes têm razão de se queixar, mas estão sempre erradas quando resmungam. (ROUSSEAU, 1999, p. 536).

Talvez influenciado pelos dotes espirituais de sua jovem esposa Luísa e por sua beleza física, Garrett define a função da mulher no mundo: ser mãe e administradora do lar, sob inspeção do marido. Defendia, claramente, que uma boa educação do gênero feminino era papel primeiramente (e, se possível, exclusivamente) da mãe, compartilhando experiências domésticas e instruções sociais que serviriam para viver em matrimônio e em sociedade; porém, concebia uma instrução em colégios para a menina que, por algum motivo, não pudesse receber uma educação no seio paterno:

Assentei, por estas razões, que não devia, como o autor do *Emílio*, dar o exclusivo da educação a um único modo, e proscrever ou abandonar os outros todos: julguei mais útil classificá-los e graduá-los bem para os diversos casos em que cada um deles é mais conveniente.

Firme nestes princípios tratei da educação nas duas primeiras épocas em comum para ambos os sexos, considerando-a doméstica, ainda quando a autoridade paterna e materna fossem delegadas, pois neste princípio da vida, não se concebe educação

⁷Já refletindo brevemente sobre os personagens de *Viagens na Minha Terra* à luz da educação religiosa e moral garrettiana, podemos compreender o quão difícil foi para Georgina saber que seu “prometido” desejava a prima, o que a fez sentir remorso e até mesmo culpa; assim, Georgina se colocou “no lugar de Joana”, decidindo abdicar de seu amor em nome da empatia. A mesma educação recebera Carlos; mas este, por ser homem, não se constrangia em saber que duas mulheres sofriam por seu amor. Houve em Carlos, devido às circunstâncias, um dilema amoroso – ao qual retornaremos mais adiante –, mas isso não o impediu de seguir em frente e continuar a ser o homem que era.

pública de modo algum razoável, excepto para os infelizes inocentes a quem a morte ou a devassidão ou a miséria absolutamente privaram de pais e tutores naturais. Daqui por diante extremei a educação masculina da feminina, supondo aquela no colégio, esta na casa paterna, e sob a inspeção maternal. Como porém há muitos casos, em os quais, segundo já disse, é forçoso fazer excepção da regra geral, i.é, em que as mães não podem ou não devem educar as filhas, tratei também da educação feminina no colégio. (GARRETT, 2009 [1829], p. 99-100)

Garrett situa o início da juventude no final da puerícia e no começo da adolescência, quando a moça já começa a ganhar formas e maturidade e quando o rapaz fica viril e esbelto. Nesta fase, termina a educação doméstica comum aos dois gêneros; o rapaz vai para o colégio, e a jovem mulher, já considerada “formada para casar”, continua a sua educação no seio familiar. No entanto, para o autor, o homem nesta fase ainda está imaturo; por isso, era muito comum o casamento entre mulheres com 15 ou 16 anos e homens muito mais velhos.

A juventude, que é a idade da educação, divide-se em quatro épocas ou períodos certos, e constantes em todos os indivíduos, posto que o clima, a constituição orgânica, e ainda os hábitos ou outras circunstâncias, lhes encurtem ou alarguem a duração e façam mais serôdias ou temporãs essas estações da vida humana. A puerícia desde essa época até despontarem os primeiros sinais aparentes da tendência do sexo, no arredondado ou musculoso das formas, na visível inclinação moral a certos hábitos e gostos, no maior desenvolvimento da razão e agudeza do instinto.

[...]

Abstratamente se poderia dizer que a respeito da mulher os fins da natureza estão preenchidos e completos: já pode ser esposa e mãe; que mais lhe resta na natureza e na sociedade? (GARRETT, 2009 [1829], p.126-127)

Muitas vezes Garrett se contradiz, pois ao mesmo tempo em que diz que a mulher é igual ao homem no que concerne a direitos, afirma que ela depende do homem.

Tirai a circunstância da gravidação, e todas as outras consequências que acompanham a maternidade, e a mulher fica perfeitamente igual ao homem [...] Por isso, será preconceito de orgulho e egoísmo masculinos dizer que a mulher é fraca e que tem de servir; pensar assim, é cometer um erro em relação a si próprio, uma injustiça em relação à mulher e uma ofensa ao Criador.

[...]

A mulher deve estar em certa sujeição ao homem, porque depende dele. (GARRETT, 1993 [1829], p. 179-180)

Contudo, anos mais tarde – já doente, quase à beira da morte – Garrett escreveu uma carta à sua filha Maria Aldelaide, cuja mãe morrera cedo, recomendando-lhe menos aplicação nos estudos e mais atenção à formação de seu coração: “eu não te quero para doutora; só desejo que sejas bom, temente a Deus, que tenha modos de senhora, e que cultives honestamente a inteligência que Deus te deu” (1963, p. 1473). Talvez Garrett temesse que sua

filha ficasse solteira, sem um homem para lhe garantir a sobrevivência; mas percebemos nisso uma coerência com seu pensamento pedagógico.

Garrett se preocupará em ressaltar que a educação não pode ultrapassar o que a “natureza” determina, fundamentando nesta o ideal de seu gênero.

Apesar de tudo, consegue salvaguardar uma certa dignidade, embora de cariz burguês, à mulher instruída. É assim, quando deseja que a sua filha aprenda o francês e o inglês, sem o que uma mulher não se pode considerar bem educada, ou quando centra na virtude, na instrução e na formosura, simultaneamente, o ideal da mulher completa. (MACHADO, 1993,p.180)

Certos estamos de que a personagem Joanhinha adequa-se a estes moldes rousseauianos e garrettianos de mulher ideal – um ideal que Garrett procurou impor também à sua esposa Luísa. A moldura romântica favorecia a associação entre a ingenuidade e um sentimento de fraqueza, de onde a exigência de uma educação “menor”: se a mulher biologicamente estava fadada a se cansar mais do que os homens nos afazeres profissionais, então para que uma educação que favorecesse uma profissão fora do ambiente doméstico?

Esta discriminação sexual não é propriamente escandalosa, na época. Note-se que em 1827 havia, ao todo, apenas 28 classes públicas femininas, num total de 947, e que 18 daqueles já vinham de 1790 [...]. No próprio Rousseau a mulher é feita para agradar e ser submissa. (MACHADO, 1993, p.179)

Garrett também tinha um periódico destinado somente às mulheres: é o caso de *O Toucador*, denominado “periódico sem política”. Às Senhoras portuguesas – “sexo amável e encantador, que fazeis as nossas delícias, aprimorais os nossos prazeres, adoçai nossas amarguras, e sois a essência da vida, o afago da existência” (GARRETT, 1993 [1822], p.23) – essa obra foi dedicada.

Garrett escreve *O Toucador* com a função de instruir sua esposa Luísa Midosi, que conheceu ainda menina, através de seu amigo Luís Midosi, primo de Luísa. Dois anos após esse encontro, estavam casados.

Segundo Monteiro (2010, p. 253), Garrett também escreveu a obra *Lições de poesia a uma jovem senhora – o Liceu das damas*⁸, deixada infelizmente manuscrita e, em sua maior parte, em fase ainda de borrão.

[...] as lições da Lília do Liceu das damas se fixam, aqui e além cortadas por comentários e galanteios em verso, no tratamento sumário, mas revelador de leituras

⁸O incompleto texto Liceu das Damas constitui o ms.127 do Espólio manuscrito de Garrett da BGUC.

amplas, de questões de estética e de literatura;[...]. A Lília educada pelo mentor Garrett de vinte anos, inimigo da pedante e fria “ciência doutoral”, mas tão capaz de fruição intelectual, sentimental e estética, não traz o bioco nem tem a postura inerme ou o desajeitado luxo que censurava nas bonecas portuguesas [...].

Só criações "ideais" essas Lílias educáveis para a felicidade? Talvez não. Na burguesia esclarecida já havia algumas. É com elas que Garrett passeia em Sintra com amigos e se entrega a jogos sociais que comportam a representação de pequenas peças de teatro; e é uma delas, Luísa Midosi – referente real da Lília do Liceu de damas? [...] (MONTEIRO, 2010, p. 253; 256-257)

O projeto pedagógico de Garrett ditava, do ponto de vista masculino, o que era bom para as mulheres, afinal, elas não deveriam se interessar por assuntos políticos ou outros assuntos “masculinos”. Mulheres deveriam ocupar-se de moda, beleza, algumas peças teatrais, além de saber distribuir os afazeres domésticos entre os empregados – pois era costume ter mais de um empregado; isso no que diz respeito às mulheres burguesas, pois a maior parte das mulheres não tinha instrução para a leitura, nem teria tempo ou dinheiro para tratar de moda, beleza, teatro ou lidar com empregados. Logo, a própria “visão educadora” não era para todos – ou para todas.

Entre as jovens burguesas que já mostravam afinidade com esse perfil, Garrett encontra Luísa, com quem se casaria. A partir da frustrada relação, emergiria na percepção do escritor um novo perfil feminino, dotado de menor sensualidade, mas que representaria o “sonho de uma pureza natural” – é Joanhinha, de *Viagens na Minha Terra*, cujo destino será sofrer a destruidora agressão da fealdade e mentira do mundo. (DAVID, 2010, p.13)

O Toucador abordava assuntos relacionados à moda e ao comportamento: chapéus, penteados, vestimentas, calçados, formas de sentar à mesa, como namorar, entre outras práticas -

1 A teoria das modas [...]

2 As classificações das visitas, sua denominação, história, método, ordem, cerimônias [...]

3 A notícia, uso e fim do baile [...]

4 O jogo, seus naipes [...]

5 O teatro⁹, e principalmente o músico [...]

6 Os passeios, e sua utilidade.

7 A parte sétima ocupar-se-á com um objeto tão vasto quanto útil e interessante: os banhos, e principalmente a sua história secreta e crônica moral.

8 Todas as diversas espécies, que debaixo dos precedentes artigos não são classificáveis [...]

9 [...] o namoro [...] desenvolver-se-á sua tática, fórmulas, usos e ritual; e tudo com a mais severa e exactidão, e escrupulosa religiosidade, que tão nobre empenho exige. (GARRETT, 1993 [1822], p.25-26)

⁹Segundo a professora Ofélia Paiva Monteiro (2010, p. 43) as considerações sobre Teatro inseridas em *O Toucador* são bem reveladoras do pouco apreço do jovem Garrett por Shakespeare e Gil Vicente (o *Auto de Mofina Mendes* é alvo de uma jocosa análise, segundo Monteiro).

É importante frisar que *O Toucador* foi escrito no século XIX, havendo nesta época formalidades educacionais e morais, até mesmo religiosas, muito distintas das que temos em mente no século XXI (embora longe estejamos, ainda, de uma sociedade igualitária em direitos, quando se trata de mulheres e homens. Mas deixemos isso para outro trabalho).

A obra mostra, contudo, considerações sobre o contexto cultural e até mesmo econômico, pois o país estava em grande crescimento, e tudo girava em torno da economia. Seguia-se um padrão de moda europeu, mas não de Portugal – Lisboa era atrasada; os modelos eram fornecidos por Paris.

Não estão ainda perfeitamente em voga estes elegantes enfeites. E o uso do merino é o mais geral. É, porém, de esperar que as senhoras da capital comecem cedo a adoptá-las e a generalizar-se por este meio nas províncias. Os enfeites de azul e branco, hoje muito usados, começam um pouco a decair da moda. Como este uso teve um princípio muito conhecido, trataremos dele com especialidade no número seguinte. (GARRETT, 1993 [1822], p.34)

Não só Garrett se dedicou à educação das senhoras portuguesas. Muitos escritores também lhes dedicaram livros e periódicos, que abarcavam desde manuais sobre economia doméstica e regras de etiqueta a temas como orçamentos para enxovais e boas maneiras. Percebe-se, nesta situação, a preservação dos interesses patriarcais na sociedade, pois através da ótica masculina, era instruído “o que” e “como” a mulher deveria conhecer e fazer.

Segundo Irene Vaquinhas e Maria Alice Pinto Guimarães (2011, p. 196), Teixeira Bastos (já na segunda metade do século XIX, o que revela a permanência desses valores) foi um dos muitos autores que evocaram as normas discursivas sobre a diferença sexual, definindo o homem como agente econômico e sujeito político, ao afirmar que “À mulher pertence o governo da casa, a presidência do lar – a vida afectiva por excelência; ao homem, a luta exterior, a direção dos negócios – enfim, a vida afectiva”.

É no decurso do século XIX que a divisão de trabalho tendo por base o sexo se afirma como elemento constitutivo da ideologia da emergente sociedade burguesa: a progressiva especialização da atividade económica tende a circunscrever a esfera da produção aos elementos do sexo masculino, reservando-se à mulher a esfera doméstica e privada, ao mesmo tempo em que a família se consolida como unidade de reprodução e de consumo.

O discurso de género delimita o campo de actuação e a função social da mulher, definindo o arquétipo da feminilidade como uma figura abnegada e sacrificada, dedicada por completo ao lar, ao marido e aos filhos. (VAQUINHAS; GUIMARÃES, 2011, p.196)

As obras em questão refletem o pensamento pedagógico de oitocentos, presente na educação de meninos e meninas, que se realizavam nas casas, palácios, conventos ou casas de

recolhimentos (que amparavam órfãos), bem como nas escolas que emergiam como espaço privilegiado para a educação dos sujeitos. Transmitida por mestres e mestras preceptoras ou por professores, demonstram, através de seus conteúdos e métodos, as ideias que subsidiaram a educação de meninos e meninas – e que, por vezes, ainda se fizeram presentes durante o século XX.

Neste esquema dicotômico, pedagógico e até mesmo político, percebemos que a educação do homem e da mulher oitocentistas apresenta diferenças no que concerne ao gênero, utilizando-o como base para definição dos papéis de cada um na sociedade – cabendo à mulher ser mãe, cuidadora, etc., como nos lembra uma passagem de *O Toucador*: oferecer “protecção na infância, encanto na mocidade, companhia na idade madura, amparo na velhice” (GARRETT, 1993 [1822], p. 23).

O desenvolvimento econômico e a política liberal contribuíram, segundo Irene Vaquinhas e Guimarães (2011, p.197) para a “construção do arquétipo masculino de figura pública, cidadão, trabalhador, chefe de família, provedor da economia familiar e único sujeito político”. Também ajudou a fomentar a ideia de que, biologicamente, a mulher é mais propensa a ficar cansada fisicamente e a render menos no trabalho fora de casa (devendo, por isso, receber menos ou retornar ao trabalho doméstico). Esta é a mulher: a senhora da casa, condição determinada por sua natureza.

A religião virá ao encontro desse discurso oitocentista de uma educação dicotômica para mulheres e homens, sendo o modelo católico feminino a figura da mãe e da esposa – esta, uma aliada na reconquista da fé do marido, em uma época de anticlericalismo e ataques à igreja. Logo, a religião integrava, numa perspectiva conservadora, o pensamento coletivo.

3 EDUCAR HOMENS E MULHERES: ENTRE A MORAL E RELIGIÃO

Como observamos no capítulo anterior, a educação dada aos meninos e meninas se iniciava no ambiente doméstico, sendo transmitida pela mãe e supervisionada pelo pai. No começo do século XIX, a igreja estava ligada à educação, e ditava, além de práticas religiosas, condutas morais acerca do que era certo ou errado, do que era lícito ou pecaminoso.

[...] Elas [as mulheres] eram guardiãs da tradição que transmitiam, através do seu papel de educadoras, às novas gerações.

Na vida familiar, onde a morte mantinha um lugar central, a religião preenchia um espaço considerável, pois que as práticas curativas tradicionais e a medicina permaneciam impotentes perante a tuberculose, a varíola e tantos outros males. Só restava recorrer às entidades celestes, Deus e santos intermediários [...]. (MOURA, 2011, p.290)

Esses valores morais influenciados por princípios religiosos perpassavam toda a sociedade. Todavia, a imoralidade se fazia presente na própria igreja, o que acarretava muitas críticas por parte de intelectuais e do próprio povo.

Almeida Garrett não negava as suas convicções políticas e religiosas; por isso, é comum vermos trechos de suas obras educativas agregando valores católicos e morais, pois isso advinha de sua formação. A família de Garrett seguia os “bons costumes” e tradições, o que contribuiu para a formação intelectual do jovem Garrett, determinando, mais tarde, seu interesse em contribuir com a nação através de um plano educacional que servisse tanto a homens quanto a mulheres.

Eu tive a fortuna de receber uma educação "portuguesa velha", sólida de bons princípios de religião, de moral, de sãos elementos de instrução e, conquanto fosse mal aproveitada, das melhores que se dão, não direi em Portugal, mas pela Europa. Quási dos primeiros anos de razão comecei a reflectir minha educação e a compará-la com a que via dar a outros; e senti sempre, não por que instinto, uma predilecção inexplicável por esta *arte de formar homens*, a arte mais sublime e útil de todas as deles, a que mais nos assemelha à Divindade, a que mais aproxima a criatura do Criador. (GARRETT, 2009 [1829], p.106)

Considerando a época vivida por Almeida Garrett – com ênfase nos anos de 1832 a 1834, em que se passa a “história do vale” presente em *Viagens na Minha Terra* –, vejamos como os costumes morais e a religiosidade presentes na sociedade portuguesa moldavam as masculinidades e as feminilidades, produzindo modelos que deveriam ser seguidos por homens e mulheres. Procuraremos, assim, observar os comportamentos dos personagens

Joaninha, Georgina e Carlos à luz dessas questões para, posteriormente, analisar os seus dilemas amorosos frente aos costumes oitocentistas.

Como vimos no capítulo anterior, Garrett valorizava a instrução do povo e afirmava que a sociedade precisava da educação para progredir e alcançar a liberdade. Com essa finalidade, elaborou alguns manuais de cunho pedagógico para homens e mulheres, como o livro *Da Educação*. Nesta mesma obra, nosso autor trata sobre a conduta moral e religiosa – pois para ele “uma caminha com a outra” –, observando que tanto meninos quanto meninas precisam, desde a puerícia, entender e viver consoante os valores vigentes.

A moral, como disse, é a mesma para o varão e para a fêmea, para o subdito e para o soberano. Mas sua prática e ensino, seus meios modificados pelo sexo, ampliados pela posição social, n'este caso especialissimo tem de confundir-se e neutralizar-se para formar nova substância e entidade. (GARRETT, 1993[1829], p. 236-237)

Como vimos no capítulo anterior, o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau teve um papel importante para a educação, transformando-se em uma referência para a Europa e fomentando o pensamento sobre os gêneros ao definir a “mulher ideal” como determinada por seu destino biológico. Ao longo do século XIX, esse modelo de feminilidade seria redefinido a partir de parâmetros científicos. Era comum autores escreverem as suas obras baseando-se em teses de psiquiatras, ginecologistas, fisiologistas, dentre outras áreas médicas.

As principais coordenadas argumentativas apoiam-se, em termos científicos, na medicina [...]. Esta ciência é determinada por todo um conjunto de estereótipos sobre a natureza feminina, encarando-se a mulher como determinada pelo sexo e caracterizada, em termos físicos e morais, pela fragilidade e sensibilidade, condicionada a um destino biológico e social iniludível: a predisposição para a maternidade. (VAQUINHAS; GUIMARÃES, 2011, p. 197)

Desse modo, em finais do século XIX, a censura religiosa seria reforçada por uma argumentação parcialmente nova que lhe conferia credibilidade científica, evoluindo-se da ideia de vício para a de perigo social. Fundamentando-se na medicina, em particular no pensamento dos médicos alienistas, partia-se do princípio de que as “doenças sociais” tinham, sobretudo, causas morais.

À luz dessas determinantes, as paixões, entre as quais se incluem todos os excessos, podem conduzir à alienação, que, aparentando-se à loucura, devem ser controladas e estar sujeitas à égide restritiva da moral. O discurso científico vem, assim, reforçar a tradicional censura aos “prazeres proibidos”, conjugando-se na sua reprovação “racionalismo, cientismo e moralismo”. (VAQUINHAS, 2011, p. 323)

Na obra *Emílio ou Da Educação*, Rousseau buscou divulgar suas concepções acerca da educação do homem e da mulher. No livro V dessa obra, trata da educação de Sofia, ditando, através do discurso patriarcal, o que seria ideal para as mulheres. Tomando Sofia como exemplo, afirma: “Sofia deve ser mulher, como Emílio é homem” (ROUSSEAU, 1999, p. 515). A partir dessa afirmativa, Rousseau busca apontar as diferenças existentes entre os homens e as mulheres. Para este autor, homens e mulheres seriam iguais, porém, se diferenciando em tudo o que depende do sexo. Tais diferenças devem influir sobre a moral de ambos, que por isso devem receber uma educação que respeite essas especificidades.

A partir da definição de “mulher ideal”, se Rousseau nos dá o exemplo de Sofia, Garrett nos dá o exemplo de Joanhina, assim por eles descritas:

Sofia é alegre por natureza, e era até levada na infância; mas aos poucos a mãe tratou de reprimir essas maneiras, para que uma mudança muito abrupta não revelasse o momento que a tornou necessária. Assim, tornou-se modesta e reservada até mesmo antes da idade, e, agora que essa idade chegou, para ela é mais fácil conservar o tom que adquiriu do que seria adquiri-lo sem se indicar a razão da mudança [...]. Sofia tem uma sensibilidade grande demais para conservar uma perfeita igualdade de humor, mas é doce demais para que essa sensibilidade seja muito importuna para os outros; ela prejudica apenas a própria Sofia. Ao se dizer uma única palavra que a fira, ela não se zanga, mas seu coração é atingido ela procura retirar-se para chorar [...]. Ela também não carece totalmente de caprichos; seu gênio um tanto forte degenera em rebeldia, e então ela está sujeita a perder a cabeça. Mas concedei-lhe o tempo necessário para que volte si e sua maneira de baixar o tom fará dele quase um mérito. Quando a punem, é dócil e submissa, e vemos que a sua vergonha não provém tanto do castigo quanto do erro [...] ela suporta com paciência os erros dos outros e conserta com prazer os seus. Este é o amável temperamento do seu sexo antes que o tenhamos corrompido.

A mulher foi feita para ceder ao homem e para suportar a sua injustiça. Nunca reduzireis os meninos ao mesmo ponto; o sentimento interior ergue-se e se revolta dentro deles contra a injustiça; a natureza não os criou para tolerá-la. (ROUSSEAU, 1999, p. 580-581)

Joanhina não era bela, talvez nem galante sequer no sentido popular e expressivo que a palavra tem em português, mas era o tipo de gentileza, o ideal da espiritualidade. Naquele rosto, naquele corpo de dezesseis anos, havia por dom natural e por uma admirável simetria de proporções toda a elegância nobre, todo o desembaraço modesto, toda a flexibilidade graciosa que a arte, o uso e a conversação da corte e da mais escolhida companhia vêm a dar a algumas raras e privilegiadas criaturas no mundo. Mas nesta foi a natureza que fez tudo, ou quase tudo, e a educação nada ou quase nada. (GARRETT, 2010 [1846], p.172)

Os atributos angelicais associados a Joanhina complementam todos os atributos de Sofia, pois estas eram as características esperadas em uma mulher, e esses dotes – acreditava-se – faziam com que o esposo ficasse mais próximo da família e dos filhos, assim como próximo da religião (pois muitas vezes o homem encontrava-se afastado dos costumes religiosos, devido ao anticlericalismo da época).

A mulher, na visão de Rousseau e de Garrett, assim como no conceito da sociedade, foi criada para agradar o homem. Já o homem não tem como compromisso agradar sua esposa; seu compromisso, como marido e chefe da casa, é alimentar a família. Não importa para a sociedade se esse homem trai a sua mulher – nem importa à própria esposa. Cabe a ela controlar os seus “impulsos femininos” para o bem-estar da família. Não importa se a mulher está feliz, mas sim que ela zele pelo marido e por todos. Garrett defende que a mulher deve preocupar-se com sua aparência, com sua conduta moral, com a forma como os outros a enxergam.

Segundo Irene Vaquinhas (2011, p. 328), conforme as mulheres casadas conquistavam um pequeno espaço na vida social, ou seja, no espaço público (sempre acompanhadas pelo esposo, por uma dama ou outra pessoa de confiança da família), tornou-se preciso estabelecer algumas convenções culturais no que tange à ocupação do espaço e à moda. Com a delimitação destas convenções, a sociedade podia determinar quais eram as “mulheres de bem”, pois essas não podiam ser confundidas com outros “tipos” de mulheres (leia-se: mulheres separadas, abandonadas, órfãs desamparadas, mulheres que perderam a virgindade antes de casar – por diversos motivos – e que ganhavam título de “mulheres da vida”, ou seja, prostitutas) e, desse modo, atrair má fama:

A questão das aparências, susceptível de criar situações embaraçosas, podendo-se confundir respeitáveis esposas com mulheres venais e vice-versa, inquietava os espíritos do tempo, estando na origem de uma generalizada ansiedade. Importava precauções de variada ordem: por um lado, a salvaguarda da honra e do pudor femininos, mercê da definição do comportamento padrão da mulher conveniente e de bom porte, na terminologia do tempo; por outro lado, demarcando-se o território da marginalidade, afastando da rua as mulheres ditas públicas, limitando-se ao máximo a sua visibilidade social, por motivos morais e pelos riscos de contágio de doenças venéreas, as quais são relegadas para vielas e becos periféricos das localidades e encerradas em bordéis e "casas de tolerância", onde eram sujeitas a um rigoroso controlo policial e sanitário. (VAQUINHAS, 2011, p. 328)

Sabemos que muitas “mulheres da vida” não eram prostitutas, mas compartilhavam com estas um mesmo estigma por não corresponderem ao modelo social patriarcal, o que se estende até os tempos atuais. Com receio da família também ficar “mal falada” (caso houvesse desvio de comportamento da filha), a educação moral e religiosa das meninas, mais do que a educação dos meninos, precisava ser vigiada e rigorosa para que os efeitos da juventude não as desvirtuassem. As meninas não precisavam entender ou aceitar os princípios que lhe eram transmitidos, mas precisavam praticá-los diariamente.

As meninas eram educadas para se manterem virgens e imaculadas até o casamento, pois não havia nada de mais zeloso do que uma mãe que conservasse a filha assim. A

castidade devia ser observada tanto por mulheres quanto por homens; mas estes, quando se aventuravam sexualmente com outras mulheres antes do casamento, podiam justificar esse comportamento como algo normal, típico da natureza masculina. Logo, nos deparamos com uma contradição destes princípios.

Segundo Vaquinhas (2011, p. 333), os bordéis, enquanto espaço de sociabilidade destinada aos homens, constituíam um espaço de evasão que permitia não apenas encontros sexuais, mas também a vivência de fantasias que possibilitavam romper com a monotonia cotidiana. Cabia à esposa, com a sua graça feminina, saber “segurar” o seu marido em casa, livrando-o das monotonias e de um casamento infeliz.

Os manuais de economia doméstica que utilizam, por vezes, como recurso narrativo, o diálogo epistolar, querem entre uma mãe e a filha recém-casada quer entre uma mulher mais velha e uma jovem casadoira tem um objectivo muito preciso: "dar à mulher o seu verdadeiro lugar de esposa e de senhora com a missão superior de prender o homem à vida de família pelo desenvolvimento do conforto e dos encantos do lar". Esse propósito vai-se perpetuando, com renovados argumentos, configurando um modelo social, de teor conservador, centrado na figura masculina, qualificado por Pierre Bordieu de "violência simbólica, branda, e muitas vezes invisível", mas que, ao ser adoptado, é reproduzido pelas próprias mulheres.

[...]

A perenidade desta linha discursiva obriga ao recurso permanente a técnicas de "sedução caseira", pela via do "embelezamento" e do conforto do lar, de forma a se resistir às múltiplas "tentações" que a sociedade oferece e que afastam o "homem de casa".[...]

"Tornar feliz o homem que escolheu para companheiro na vida", é o primeiro conselho dado pela condessa de Vinhó e de Almedina a todas as noivas, devendo estas abdicar, se a situação assim exigir, da sua própria felicidade. Por detrás da atitude submissa e abnegada, ocultam-se rígidos princípios morais, exigindo o controlos dos comportamentos e das posturas corporais. Renunciar, sacrificar-se, ser comedida, prudente e discreta, ocupar-se de "tudo sem ter o ar de prestar a menor atenção", "ceder nas pequenas coisas", andar sem ruído são algumas das prescrições recomendadas às esposas, a maioria apreendida na "meninice", através de um subtil processo de interiorização que valoriza o auto-ocultamento feminino. (VAQUINHAS; GUIMARÃES, 2011, p. 207)

A sociedade era conivente para com a permissividade masculina, e, segundo Vaquinhas (2011, p. 333), “a imoralidade era identificada pelo sexo masculino como ‘uma região de liberdade’ que se desenvolvia na esfera pública, oposta à vida privada e familiar, sendo esta última entendida como uma ‘espécie de limbo moral’”.

A literatura da época realista, empenhada na disciplina dos costumes, denuncia abertamente o falso puritanismo da burguesia nacional. Pretendia-se promover a família e o casamento racional, o que implicava desmitificar a cultura romântica do amor, feita de sentimentalidade e arrebatamento.

[...]

A candura juvenil seria a primeira das imposturas a desconstruir. [...]. São particularmente severos com as raparigas, pela educação romanesca que lhes é ministrada desde a infância; criticam as leituras, a ociosidade e os hábitos de

galanteio instituídos que levariam as meninas burguesas a fantasiar amores novelescos em lugar do ideal doméstico e da maternidade.

[...]

A crer nestes testemunhos, decerto excessivos, poucas meninas chegariam ao altar em completa pureza virginal; há mesmo relatos de encontros nocturnos ou de visitas clandestinas ao quarto de meninas solteiras. Aos rapazes censurava-se leviandade amorosa e a frequência de mulheres fáceis, mas é sobretudo contra os "dândis", os parasitas das famílias burguesas, que se dirigem os avisos moralistas. De resto, achava-se normal, se não desejável, que um rapaz tivesse adquirido alguma experiência sexual: "não há mãe que não deseje para a sua filha, não há filha que não deseje para si – um homem que já tenha passado as primeiras verduras". (SANTANA; LOURENÇO, 2011, p. 258-259)

Estes comportamentos morais impostos às mulheres lhes impunham uma grande responsabilidade, pois elas não podiam errar: deviam sempre estar aptas e atentas para atender às demandas sociais. Isso já nos permite refletir sobre algumas passagens de *Viagens na Minha Terra*. É devido a essas imposições relacionadas ao comportamento – entre o certo e o errado, entre o bom e o ruim – que nossas heroínas, Joanhina e Georgina, vivem as deambulações de um fracassado amor e a recusa de seu pretendente. Entregaram a alma à paixão mundana e sofreram por isso.

Segundo Santana e Lourenço (2011, p. 260), as moças solteiras podiam se encontrar com seus pretendentes mediante um limite de decência, e a família da moça estipulava qual era esse limite. As mulheres podiam desfrutar do prazer proporcionado pela alegria e entusiasmo, mas moderadamente, pois desse arrebatamento sentimental resultavam outros defeitos, como a euforia, a paixão e o capricho (mudança imprevisível de conduta, ideias ou sentimentos sem motivação). Uma vez chegada a paixão, esta, por ser arrebatadora (como a paixão de Joanhina por Carlos) e completamente mundana (como a paixão de Carlos por Joanhina), corrompe a mulher e traz um desvio de moral de ambos. No entanto, esta paixão é percebida muitas vezes como inconsequência da própria donzela. Aos homens que se entregavam às paixões, nada acontecia, pois não eram abandonados pela amada, ainda que se entregassem sexualmente a outra mulher – afinal, essa prática era aceita como comum para o homem.

A vivência boêmia aproximava as mais variadas camadas sociais, sem exclusões ou segregações, fazendo acamaradar o janota com os marujos, os bolieiros ou os tasqueiros. As prostitutas faziam parte desse ambiente e conviviam com a aristocracia, ou, como escrevia José Machado Pais, "essa plebe de sangue azul e formação moralista e beata [...] rolando do lausperense para o bordel e ansiando tumultuosamente cair nos braços lânguidos da putana fadista que tão bem lhe encarnava os vícios e as paixões". (VAQUINHAS, 2011, p.326)

A paixão na mulher, no entanto, corrompe-a e a torna escrava de um sentimento que pode lhe trazer não só euforias e caprichos, mas também pecados ou consequências funestas.

Joana e Georgina, assim como a Sofia de Emílio e a Luísa de Garrett foram instruídas desde a infância a terem moderação, recato e apego à religiosidade para que esta Mulher presente na sociedade pudesse viver, na vida privada, sem nenhum estigma ou má fama. As mulheres que seguiam as lições transmitidas pelas mães aguardavam que seu pai ou responsável providenciasse um bom pretendente e, conseqüentemente, um bom casamento. Assim, as moças teriam acesso ao matrimônio, ou seja, uma relação aceita pelos parâmetros morais e religiosos da sociedade oitocentista. Da relação sexual no casamento viriam os filhos, e a esposa teria, também, o papel de mãe a exercer. Fora do casamento, as relações sexuais eram proibidas, pois o ato não era sagrado; com isso, as mulheres que se entregavam a estas paixões estavam marcadas pelo pecado – além de perderem o respeito na sociedade, caso a violação fosse descoberta. Afinal, o inferno se destinava às mulheres, não aos homens, neste caso.

Nos romances, era comum que as mulheres que por algum motivo cometiam um ato sexual proibido, ou seja, tinham relações antes do casamento, cometiam adultério ou se prostituíam (até mesmo as mulheres que fossem forçadas a fazê-lo) tivessem como destino a morte – pois a culpa, os dilemas morais, religiosos e sentimentais as consumiam, além dos castigos decorrentes dos estigmas socialmente impostos.

A perda da virgindade, caso não pudesse abafar-se ou "reparar-se" condignamente, constituía escândalo público, levando muitas famílias queixosas ao tribunal. [...] Todavia, com ou sem culpa, a mulher era a principal vítima de transgressões. Em caso de gravidez, sofria o ónus da vergonha familiar e condenava-se, na melhor das hipóteses, a aguardar um pretendente indesejado. [...]

Nos meios rurais tais situações encarava-se com menos dramatismo, resignando-se os pais a aceitar os frutos dos jovens que "adiantavam"; mas também há relatos de vinganças da honra familiar. Já nas cidades e nas vilas uma rapariga desonrada, como então se classificava, carregava um pesado estigma social.

Pior destino podia estar reservado às raparigas pobres dos centros urbanos, pois corriam o risco de ficarem entregues à sua sorte. (SANTANA; LOURENÇO, 2011, p. 261)

A “morte” sofrida pelas mulheres em decorrência de seus pecados nem sempre era física: era uma “morte moral”, pois essas mulheres eram excluídas pela sociedade e, geralmente, abandonadas pela família, restando-lhes sobreviver através da prostituição. Muitos que antes lhes queriam bem voltavam as costas quando as mulheres “perdiam a honra”.

Muitas das vezes, o ato sexual era realizado sem consentimento por parte da mulher; ainda assim, a sociedade patriarcal muitas vezes culpabilizava a própria mulher, considerando que a mulher vitimada tinha de algum modo seduzido o seu agressor, fazendo-o entender que

desejaria relacionar-se com ele. Era tão comum ouvir histórias de violências às mulheres que o próprio Garrett, em suas divagações na obra *Viagens na Minha Terra*, ao relatar a história de Santa Iria, menciona um relato de abuso sexual cometido pelo monge Remígio à santa – continuando, após o relato, suas divagações acerca de Santarém:

Consolou como mulher e ralhou como santa, por fim, impondo-lhe na cabeça as lindas e benditas mãos, num instante o sarou de todo achaque do corpo; e se lhe não curou o da alma também, pelo menos lho adormentou, que parecia acabado. Mas como o demo, em chegando a entrar num corpo humano, parece que não sai dele senão para se ir meter noutra, tão depressa o inimigo deixou ao pobre Britaldo, como logo se foi encaixar em não menor personagem do que o monge Remígio, que era o mestre e director da bela Iria. Arde o frade em concupiscência, e não obtendo nada com rogos e lamentos, jurou vingar-se. Disfarçou, porém, fingiu-se emendado, e deu-lhe, quando ela menos cuidava, uma bebida de sua diabólica preparação, que apenas a santa a havia tomado, lhe apareceram logo e continuaram a crescer todos os sinais da mais aparente maternidade. Corre a fama do suposto estado da donzela, chovem as injúrias e os insultos dos que mais a tinham respeitado até então. (GARRETT, 2010 [1846], p.326)

Por tudo isso, a mulher devia saber o seu papel na sociedade, e não entregar-se cegamente às paixões – pois estas, segundo os costumes vigentes, só traziam a perdição para si, para o lar e para a família.

O lugar central ocupado pela família na ideologia burguesa convertia os "flagelos sociais" numa catástrofe biológica que punha em causa os seus próprios alicerces, ao atacar os fundamentos desse "templo sagrado" que encarnava as virtudes morais e religiosas: o casamento, a sexualidade legítima, o respeito pela propriedade e pelo patrimônio, o sentido da poupança. Por contraste, permitia a construção de contra modelos familiares e a identificação dos locais da sua dissolução e ruína, fazendo-se opor o lar aos locais onde o "vício orneia, a orgia alastra" – a taberna, o bordel, as casas ou salas de jogo – dentro de um esquema binário, tão comum às interpretações de raiz positivista. (VAQUINHAS, 2011,p.322)

As mulheres deviam ser boas mães e esposas, mantedoras da moral e da castidade na sua relação matrimonial – conceitos defendidos por Rousseau e uma das convenções que Garrett (e a sociedade) adotou. Desde pequenas, deveriam aprender que precisavam de pouca liberdade no espaço público para que isso não as afastasse do espaço doméstico. A mulher devia, desde cedo, conhecer a vida doméstica e tranquila de um lar, para que assim pudesse viver dentro do limite e costumes morais que lhe cabiam. Essa aprendizagem formaria a sua conduta e a tornaria mais bela e encantadora. O lugar da mulher não seria no mundo científico, mas em casa, submissa ao marido. Se a educação dos meninos incentivava a livre atividade e a autoaprendizagem como forma de iniciativa, repreendia os impulsos e a vontade própria das meninas para acostamá-las à obediência paternal e às tarefas do âmbito

doméstico. Ao fim, a mulher deveria manter-se perpetuamente na infância, sendo incapaz de enxergar tudo o que ultrapassava o mundo fechado da domesticidade que lhe fora legado pela natureza.

Ademais, a educação e a moral diferenciada para os sexos se definiam a partir de um suporte específico da natureza humana que, em muitos casos, nos remete a um referencial biológico que contribui, no final das contas, para que Carlos, Joantina e Georgina – enquanto modelos típicos do masculino e do feminino – tornem-se desiguais e tenham estes diversos papéis e posições na sociedade. Desta sorte, observamos que, enquanto a educação de Carlos tem como finalidade a liberdade e a felicidade encontradas no exercício da cidadania, a educação de Joana e Georgina as torna, com base em um conjunto de normas de conduta, mulheres dóceis, virtuosas, submissas e responsáveis pela manutenção do espaço privado. Logo, em termos morais, o pensamento rousseauiano e os valores sociais por ele influenciados interditavam a capacidade de desafio e de indignação diante das condições de opressão e de violência a que as mulheres eram submetidas, encarcerando-as no espaço prefixado do lar, relegando-as ao silêncio sem possibilidade de expressão da raiva, da queixa, da mágoa e do ressentimento.

Na sociedade burguesa oitocentista, os dogmas mais importantes que deviam ser ensinados pelos pais, principalmente pelas mães, diziam respeito à manutenção da ordem social, a saber: a justiça, o amor ao próximo, a misericórdia, a bondade, a fidelidade e, por fim, a crença de que há um árbitro do destino dos seres humanos que será remunerador dos bons e dos justos.

Na nova sociedade instituída pelo liberalismo, a família era a garantia da ordem e da moral. O pai era o chefe natural, assim reconhecido pelos novos códigos jurídicos. Todavia, na sombra, independentemente das leis que remetiam a mulher para um papel secundário, o espaço da mãe de família vai se alargando, paralelamente ao expandir do movimento romântico que, dulcificando a frieza do racionalismo, exaltava a emoção e o sentimento. (MOURA, 2011, p. 290)

As mulheres deveriam deixar de lado os dogmas misteriosos para viver uma fé simples, de modo a conservar os(as) seus(as) filhos(as) nos dogmas da religião civil, estritamente relacionada com a moral. As meninas, de modo particular, deveriam comportar-se como se sempre estivessem sob as vistas de Deus. Ele não só seria a testemunha dos seus atos, mas dos seus pensamentos, da sua virtude e dos seus prazeres. O homem desde cedo aprenderia a “ser homem”, assim como a mulher desde cedo aprenderia a “ser mulher”; por isso, cada um deveria cumprir o seu papel na sociedade, sem que um ocupasse o lugar do outro, em consonância com os padrões conservadores. Por certo, a discussão sobre a

igualdade intelectual ganha contornos históricos, pelos quais se demonstra claramente a contradição entre a democracia nascente e a dinâmica de exclusão/inclusão. Neste entendimento, não podemos deixar de lembrar que não somente os ideais religiosos, mas também os políticos não estão dissociados dos ideais pedagógicos no século XVIII, e, posteriormente, no século XIX.

Diante desse quadro cultural, a sexualidade feminina seria normatizada e reprimida pela moral burguesa, e podemos inferir que o matrimônio e a reprodução da espécie deveria ser o único destino das Joanas, Georginas, Sofias e Luíças... enquanto mantedoras dos costumes religiosos no ambiente doméstico e guardiãs dos costumes morais.

É certo, pois, que as convenções modelavam o homem, assim como determinavam que o papel social da mulher seria a vida privada (restrita ao ambiente doméstico). É certo também que as condições temporais determinam os costumes de uma sociedade, assim como condicionou a formação do caráter dos personagens da novela garrettiana. Mas por que não poderia haver outro modelo educacional, em que as mulheres fossem instruídas a serem tão fortes quanto os homens, a serem ativas, e não somente passivas... aguardando sempre quem lhes falasse o que deveriam fazer e sentir?

4 O TRIÂNGULO AMOROSO DA "NOVELA DA CASA DO VALE"

Como vimos no capítulo anterior, a sociedade portuguesa oitocentista, assim como grande parte das sociedades europeias, apresentava valores e costumes muito ligados à religião. Não havia como ser um cidadão de conduta moral considerada “boa e correta” se não se abraçasse os costumes sociais dominantes, ou seja, católicos. Nesse período de grandes transformações políticas, históricas, sociais e culturais, o ser humano também precisava mudar, o que ocorria através dos costumes. Havia, portanto, boas e más maneiras de viver em sociedade. A moralidade pública era disseminada pela igreja e por políticos moralistas, como Almeida Garrett, que sempre manifestava seus pontos de vista em suas obras. Garrett nunca negou acreditar na religião católica.

Vimos como, no século XIX, as mulheres de família burguesa eram educadas para o casamento. As mulheres de camadas pobres também tinham essa educação; mas, diferentemente das classes dominantes, não recebiam uma educação erudita – que as ensinasse, por exemplo, a tocar piano ou estudar francês. Como também já pudemos observar, esses preceitos eram difundidos em obras de autoria masculina:

Alguns autores, no entanto, não hesitam quanto ao que julgam ser o mais adequado para o sexo feminino, privilegiando a educação doméstica. É o caso, entre outros autores, do padre José Rolim que, numa obra "dedicada às mães cristãs e às suas meninas", ilustra bem essa posição conservadora, ao afirmar que "É bom aprender a tocar piano, e outros instrumentos; é bom aprender desenho, pintura, etc., mas é melhor aprender a ser dona de casa. Nem há nada que o homem mais aprecie e busque quando pretende fundar o seu lar". (VAQUINHAS; GUIMARÃES, 2011, p.206)

Entre os costumes das mulheres de famílias mais abastadas estavam aprender a tocar piano e a frequentar bailes (sempre acompanhadas, evidentemente). O vestuário da burguesia também era diferente das classes populares: usavam-se tecidos mais claros, seguindo a moda francesa, para diferenciar as burguesas das demais mulheres (prostitutas, arrumadeiras, etc.).

[...] Em qualquer circunstância, dever-se-iam evitar os cheiros fortes e intensos, à base de essências orientais, reservados às mundanas. Idênticas preocupações rodeavam a forma de vestir e o arranjo corporal. O "bom-tom" aconselhava as cores "esmaecidas" (rosa-claro, azul pálido, a cor de pão de rala) bem como uma certa austeridade no trajar (os decotes altos e "afogados", os braços tapados...), entendida como expressão de princípios éticos (decência, descrição, recato...) e de uma estética do "apagamento", por oposição aos rostos pintados [...], comuns entre as *cocotes* (VAQUINHAS, 2011, p.329).

Em relação à vestimenta da época, que seguia os costumes morais da sociedade, ganhava destaque a cor azul, considerada pela sociedade uma cor de bom gosto para as “mulheres de família”. Garrett faz questão de mencioná-la ao descrever o vestido de Joaquina, caracterizando a sua aparência a partir de um modelo social/moral feminino:

Caíam dum lado e de outro da sua face gentil aqueles graciosos anéis; e o resto do cabelo, que era muito, ia entrançar-se e enrolar-se com a singela elegância abaixo da coroa de uma cabeça pequena, estreita e do mais perfeito modelo.

As sobranceiras, quase pretas também, desenhavam-se numa longa curva de extrema pureza; as pestanas longas e asseadas faziam sombra na altura da face.

[...]

Resta só acrescentar - e fica o retrato completo, - um simples vestido azul escuro, cinto e avental preto, e uns sapatinhos com as fitas trançadas em coturno. O pé breve e estreito, o que se adivinhava de perna admirável.

(GARRETT, 2010 [1846], p. 174-175)

Logo, o vestuário não estava relacionado somente à moda; era também uma maneira de diferenciar-se na sociedade – pois havia publicações voltadas às mulheres que, ao difundirem o que estava na moda, determinavam o que poderia ser usado sem medo de estigmatização, evitando comparações com as mulheres “da vida”. Desse modo, em relação à moda, Portugal “civilizava-se”, tarefa da qual Garrett não deixou de participar:

Portugal, que atravessa nesta altura um período de grande instabilidade, pouco propício à cultura de salão, acompanha à distância os costumes "civilizados". A nova aristocracia social lisboeta, obreira da revolução liberal, começara por substituir o pesado traje cortesão do "Portugal velho" por uma guarda-roupa mais moderno e democrático [...]. Apesar da onda patriótica, a boa sociedade liberal ia-se convertendo ao figurino cosmopolita. Paulatinamente as classes média e alta começavam também a convergir nos gostos e nos modos de vestir.

São as inventivas modas gaulesas que inspiram Almeida Garrett e Luís Francisco Midosi ao criarem, em 1822, *O Toucador* [...]. (SANTANA, 2011, p.429)

Segundo Irene Vaquinhas (2011, p.328), nesse período a questão da aparência se associava à moral, como vimos no capítulo anterior, para diferenciar principalmente as mulheres de bem das mulheres “venais”; mas a preocupação com a aparência também dizia respeito aos homens.

Seja qual for a motivação, a verdade é que nunca a aparência física dos homens assumiu uma feição tão "janota" e personalizada como na primeira metade do século, ao ponto de rivalizar com a das mulheres. Garrett usava espartilho, peruca e pó de arroz, adereços que muitos consideravam efeminados; mas outros dos seus contemporâneos havia que ostentavam extravagâncias de dandy. (SANTANA, 2011, p. 431)

Os homens acreditavam, nem sempre com tanta devoção, na religião, mas a consideravam importante principalmente para suas mulheres e filhas – e também para os pobres, para que não lhes “roubassem os talheres”. Contudo, no que diz respeito à necessidade

de ostentar uma posição através da aparência social/ cultural – pois a sociedade sempre gostou de parecer que está bem –, alguns eventos sociais substituíam por vezes, a religião, tornando obrigatória a frequência à ópera, ao teatro e aos concertos, mais que à igreja. Ser burguês era ser superior (exceto ao Estado e a Deus).

Tanto a aristocracia quanto a burguesia tentavam manter as aparências de seu passado; a nobreza, mantendo “a pose”; a burguesia, imitando os gestos e gostos da primeira, para garantir o aparato de sua riqueza e seu poder recente. Em meio aos objetos luxuosos, móveis e louças, a família pequeno-burguesa podia manter a ilusão de uma alegria harmoniosa e hierárquica, consagração do ideal burguês. É exemplo disso a comemoração do Natal, na qual se mostrava a riqueza expondo banquetes e pratarias aos convidados da casa. A tristeza, a traição, a imposição patriarcal muitas vezes imperava no seio familiar, mas a aparência de uma família feliz e respeitosa era o que importava à sociedade. Afinal, uma vez que o homem está colocando comida em casa, de que a esposa poderia reclamar, se ela tem tudo de que precisa?

A ceia natalícia, segundo Ramalho Ortigão, era "o mais solene banquete da família minhota", pois servia de pretexto para a reunião de todo o agregado familiar. "Acrescentava-se a mesa. Punha-se a toalha grande, os talheres de cerimônia, os copos de pé, as velhas garrafas douradas". Acendiam-se os castiçais de prata e as criadas, de roupa nova, preparavam as coisas para a ceia. (CASCÃO, 2011, p.237-238)

Também se tinha o costume de famílias frequentarem as casas uma das outras para expor a sua melhor louça, pois essa prática era considerada sinônimo de requinte. As casas e os objetos que a constituíam eram feitos para durar para sempre, e deveriam expressar os sentimentos mais sublimes e espirituais da vida, através de sua beleza (objetos de decoração que por vezes eram expostos na frente da porta de entrada para serem vistos) ou de sua mera existência (livros e instrumentos musicais, sobretudo o piano, que deveria ser praticado por todas as filhas da burguesia – mas que às vezes nem mesmo eram tocados, servindo apenas para acumular poeira).

A dualidade entre solidez e beleza expressava a dicotomia entre a matéria e o espiritual, já que, para o burguês, espírito e ideia só podiam ser expressos através da matéria ou do dinheiro que pudesse comprá-la. Essa dualidade entre matéria e espírito se manifestava também nos hábitos sexuais, em que os homens burgueses pregavam uma moral e, deliberadamente, praticavam outra, frente às demandas da “natureza do homem” – sendo esta, uma característica (i)moral de Carlos, como veremos mais adiante. A oposição matéria x espírito também se perpetuava através do ideário patriarcal, que dividia as mulheres entre aquelas destinadas à diversão (matéria, ou seja, aquelas que podiam ser “usadas”) e aquelas

destinadas ao casamento e à maternidade (espírito, ou seja, aquelas castas e virtuosas segundo os dogmas religiosos e os conceitos sociais).

Em relação à prática sexual, o costume de guardar a castidade era regra para as mulheres, assim como para os homens; mas a hipocrisia emergia na percepção cultural distinta em relação aos gêneros masculino e feminino. A castidade se destinava, na verdade, para as mulheres solteiras, e a fidelidade para as casadas; já a “caça livre” à procura de donzelas “para diversão” (exceto filhas casadoiras das classes médias altas, pois estas eram mais vigiadas pelos pais) era praticada por todos os jovens burgueses e solteiros, e a infidelidade era tolerada entre os homens casados.

Todas estas precauções, que reflectem o valor atribuído à castidade na cultura europeia cristã, eram em teorias consensuais, variando embora os graus de permissividade consoante o género e o meio social. Como ainda hoje, as classes urbanas mais elevadas tendiam a ser mais liberais nos costumes do que as classes médias e/ou provincianas; nos meios populares, em virtude da vivência fora de portas, o convívio entre jovens de ambos os sexos era bastante mais livre. Por outro lado, a virgindade encarava-se como um predicado essencialmente feminino. (SANTANA; LOURENÇO, 2011, p.256)

Este costume moral conservador reafirma, na verdade, os preceitos de religiosidade atribuídos à mulher casada ou com pretensões ao casamento, e modela os gêneros de gozo permitidos – pois o sexo no casamento era voltado para a geração de filhos, e não para a mulher desfrutar do prazer junto de seu marido. Assim, reduzia-se a possibilidade de as mulheres terem filhos de um homem que não fosse seu marido. A sexualidade no espaço familiar preservava os valores, sobretudo, ao ter como objetivo a reprodução e associar-se à ideia de virtude feminina.

Ao homem era facultado o prazer no sexo e até estimulada a atividade sexual com outras mulheres que não fossem noivas, o que mantinha “pura” a sua futura esposa; isso lhe permitia deleitar-se com as costureiras, com as cozinheiras, passadeiras, as empregadas da casa, ou nos prostíbulos. Era muito comum o filho do patrão abusar das empregadas que trabalhavam na casa, ou o próprio patrão abusar da empregada, o que ocasionava, por vezes, o nascimento de filhos ilegítimos.

Admitia-se, por conseguinte, que os homens, num momento ou noutro, sobretudo, na juventude, frequentassem prostitutas ou tivessem aventuras galantes, mais ou menos clandestinas, com cantoras, bailarinas ou coristas [...]

Deslocações colectivas de rapazes solteiros a bordéis eram frequentes, constituindo uma forma de iniciação praticada por jovens dos estratos populares ou da pequena burguesia, estando associada ao ingresso na vida militar [...]

Em outros meios, as tentações sexuais estendiam-se também ao pessoal doméstico (criadas, serventes, costureiras, lavadeiras), inspirando os regulamentos católicos, de base moralizadora dirigidos às criadas de servir.

[...] confirma o peso do serviço doméstico como actividade profissional exercida anteriormente à vida de meretrícia. Os testemunhos recolhidos por médicos ou os processos judiciais evocam com frequência o assédio sexual de patrões (ou dos respectivos filhos) sobre as criadas ou operárias, sobretudo quando essas relações clandestinas terminavam nos hospitais, sob a forma de doenças venéreas ou de nascimentos ilegítimos, vulgo, "galiqueiras" [...] (VAQUINHAS, 2011,p.330-331)

As mulheres burguesas deveriam desconhecer ou fingir ignorar o que seus maridos e outras mulheres faziam. Não era uma questão somente de hipocrisia, mas uma questão cultural; e nos países de cunho cristão, como Portugal, a moralidade das restrições sexuais e da fidelidade deveria supostamente atingir os dois sexos – aqueles que não a cumprissem seriam levados ao tormento pessoal.

[...] As raparigas namoradeiras eram apontadas como levianas, exemplos de duvidosa reputação; e ao noivo exigia-se respeito e contenção. As ocasiões de contato físico dos noivos, a sós, eram escassas e muitas vezes arriscadas.

[...] No entanto, a moral sexual sempre se alimentou de hipocrisia, funcionando os obstáculos como um forte estimulante da transgressão. Assim, á medida que se vão generalizando os apertados padrões morais burgueses, desvenda-se também a sua fragilidade convencional. (SANTANA; LOURENÇO, 2011, p. 257)

No entanto, a infidelidade por parte dos homens, como vimos, era costumeira. Já no caso das mulheres, era menos comum, até porque existiam os chamados crimes de honra, em que o marido traído atentava contra a vida daquele que ousou envolver-se com sua esposa – ou atentava contra a vida da própria mulher acusada de adultério. Além disso, o sentimento de culpa ligava-se ao sentimento de vulnerabilidade feminina que, no seio das classes dominantes, convivia com uma moral sexual cada vez mais exigente. O homem se via na obrigação de mostrar-se como ser dominante, pois aprendera assim com o seu pai desde menino, e assim deveria ser.

Carlos era dotado deste perfil dominante (podemos dizer, garrettiano), sendo um homem voltado a muitos amores. Antes de enamorar-se por Georgina, flertou com suas irmãs. Carlos não escondia seu gosto para mulheres.

Anéis dourados, tranças de ébano, faces de leite e rosas como de querubins, outras pálidas, transparentes, diáfanas como de princesas encantadas, olhos pretos, azuis, verdes... os de Joanhina enfim... todas estas feições, confusas e indistintas mas de estremada beleza todas, lhe passavam diante da vista, e todas o enfeitavam. (GARRETT, 2010 [1846], p.273)

Lembremos que a família do século XIX e a sociedade burguesa permaneceram na dependência patriarcal, sendo o homem o chefe da casa – mesmo que distante da família,

devido ao trabalho; abaixo dele estava o bom anjo da casa: a mãe e esposa, que devia alimentar, vestir e agradar a todos, além de manter tudo em ordem. A esposa era por vezes pouco mais que uma criança indefesa, ou uma adolescente a ser moldada pelo futuro marido – conforme aconteceu sutilmente com Luísa Midosi, para quem Garrett redigiu *O Toucador*, destinado às senhoras portuguesas (educando e moldando também a sua esposa).

A união entre Garrett e Luísa durou a cerca de 14 anos; segundo José Calvet Magalhães (1996, p. 38), o pai de Luísa opunha-se ao casamento, pois a sua filha era muito jovem – tinha apenas 14 anos, quando Garrett já tinha 23 anos de idade. Depois de muita insistência por parte de Garrett e do primo de Luísa, o casamento foi realizado, perdurando até 1836.

A visão tradicional e patriarcal daquela época atribuía a responsabilidade por um casamento fracassado à esposa, por conta de uma falta de habilidades femininas (como não saber cuidar da casa); poderia haver também questionamentos sobre sua fidelidade – mas o erro não poderia advir do homem. De acordo com José Calvet de Magalhães (1996, p. 38), o biógrafo e amigo de Garrett, Gomes de Amorim, atribuía a culpa pela separação à Luísa, afirmando que a sua educação não era tão vasta quanto a do marido. Sua visão se contrapõe à de Calvet:

Se, por educação, Amorim pretendia-se referir à cultura literária de Luíza, é evidente que aquela mulher-criança não podia possuir conhecimentos literários que impressionassem João Baptista. Aliás, é sabido que não foram os dotes intelectuais de Luíza que o impressionaram, mas sim a sua beleza física, o que aconteceu sempre com as outras mulheres por quem o poeta se apaixonou. Ele confessou repetidas vezes uma especial predileção por donzelas muito jovens, naturalmente sem especiais dotes intelectuais.

Mas se por educação, Amorim pretendia aludir à maneira de se comportar em sociedade, à elegância no vestir, aos gostos no geral, cometia uma grande injustiça. Garrett, com todas as suas pretensões de homem do mundo, era, na altura, um *parvenu*, oriundo da pequena burguesia provinciana, com ademanos e bizarras no vestir, que tocavam frequentemente no ridículo. Foi a sua convivência e inserção na elegante família Midosi e noutras famílias a ela chegadas, que inicialmente deram a João Baptista aquele polimento e gosto pela elegância que mais tarde o distinguiria. (MAGALHÃES, 1996, p. 38-39)

Não podemos culpabilizar Luísa pelo infeliz casamento, visto que Garrett era “inconstante nos amores” (AMORIM, 1881, p. 247) – algo admitido pelo próprio amigo biógrafo: afirma Gomes de Amorim que, mesmo casado com Luíza, Garrett escrevia em suas obras poemas para as amantes:

Não há dúvida que D. Luíza estava já chismada em Delia; mas esse argumento, que poderia embarçar-nos, fazendo-nos supôr a existência de uma terceira, cairá d'aqui a pouco, se lermos attentamente os versos do poeta: n'elles acharemos a mesma pessoa transformada em Júlia! Apesar das suas tendencias de emancipação ods

modelos servis e pautados, João servia-se ainda das fôrmas arcadicas para velar os nomes das suas amantes. (AMORIM, 1881, p. 248)

A infidelidade amorosa masculina, como anteriormente observamos, era tolerada socialmente. Em muitos casos, o casamento formal não impedia que o homem se dedicasse a uma cortesã de luxo – o que era até uma vaidade para muitos homens – ou mesmo a uma relação fixa, extraconjugal. Um dos costumes masculinos era encontrar a sua amante no conforto de uma casa; o modelo da moça fiel a seu amante corresponde ao da esposa bem comportada – visto que tanto uma quanto a outra viviam presas à impaciente espera do homem. Seria este costume (i)moral o motivo que levou Garrett a se envolver com muitas mulheres, a ser infiel e até mesmo a relacionar-se com uma mulher casada¹⁰? Teria esse costume feito com que Carlos vivesse sempre amores inconstantes, deixando ora Joanhina, ora Georgina à sua espera?

Passamos a tratar de *Viagens na Minha Terra* – narrativa que, como anteriormente afirmamos, tem por base uma viagem que Almeida Garrett realmente realizou no ano de 1843, a convite de seu amigo de lides cívicas, Passos Manuel, chefe da oposição setembrista, residente de Santarém. As *Viagens* contam com um narrador onipresente: o próprio Almeida Garrett. Em sua narrativa, vai relatando as paisagens vistas durante o longo caminho de Lisboa a Santarém; e aborda questões sobre política e sociedade, entre outros assuntos – entre eles o amor, ilustrado pela “Novela do Vale” que lhe foi relatada durante a viagem, e que retrata o triângulo amoroso entre os primos Carlos e Joanhina e Georgina, a mulher que Carlos prometeu amar.

Se a expressão dada à leveza do ser (através do narrador e de Carlos, entre os quais se reparte Garrett, bem como à fatal dialética da História entre teses e antíteses, confere às *Viagens* uma grande "respiração" moderna, também a dá à obra o modo "garrettiano" de simular a espontaneidade da escrita ("isto pensava, isto escrevo; isto tinha na alma, isto vai no papel: que doutro modo não sei escrever", cap. XXIX), indo até quebrar a coesão lógica e o decoro linguístico do texto que se quer dar por "literatura". (MONTEIRO,2001,p.81-82)

É possível perceber que o autor coloca suas próprias experiências de vida na narrativa; experiências estas não somente políticas, morais ou religiosas – mas também sentimentais, que se assemelham aos dilemas do personagem Carlos (que por ele será defendido, como veremos adiante), tanto na disposição a “muito amar e ser muito amado” quanto no que tange ao remorso, ao sentimento de culpa... por não escolher uma única amada.

¹⁰A Viscondessa da Luz. As 22 cartas conhecidas de Garrett a Rosa Montufar foram reeditadas em 2004, por Sérgio Nazar David, sob o título *Cartas de amor à Viscondessa da Luz* (Rio de Janeiro: 7 Letras).

Não sairá da experiência, em si e nos outros, da leveza do ser e de consequente volatilidade dos afetos a incapacidade de amar sem fraturas que, na novela integrada nas *Viagens*, põe em Carlos, atingido pela “flutuação inquieta e doentia” do homem social? (MONTEIRO, 2010, p.154)

Segundo Monteiro (2010, p. 153), nos anos 1840, período de composição de *Viagens na Minha Terra*, *Frei Luís de Souza* e das coletâneas *Flores sem fruto* e *Folhas caídas*, Garrett vive difíceis circunstâncias em sua vida pessoal – dilemas e remorsos amorosos e a perda de ¹¹Adelaide Pastor, mãe de sua filha, fazendo com que seus textos tenham essas marcas pessoais tão intensas, tão conflitantes internamente, por vezes, quanto o personagem Carlos. *Viagens* é considerada como uma obra escrita num período de amadurecimento do autor, que já não era o algoz do vintismo ou o jovem que escrevera *O Toucador*, mas um homem marcado por suas experiências, principalmente no campo amoroso e político.

Assim é: *Viagens* são um fruto polifaceta do da maturidade de Garrett, resultante de um itinerário sinuoso em que a sua aventura interior se cruzou sempre com as metamorfoses do crucial tempo português da primeira metade de Oitocentos; maturidade marcada pela ironia – essa capacidade sorridente ou amarga, de crer em epifanias, todavia desejadas, por força de um saber "dos homens e das coisas", desenganado mas não cético, saído do constante embater do anseio com a decepção. (MONTEIRO, 2010, p. 152)

Como em muitas narrativas da época, Garrett inseriu uma história dentro de outra, ou seja: dentro da obra *Viagens na Minha Terra*, inseriu a história de amor que tem seu início no décimo capítulo e que continua a ser narrada até o final do livro, sempre com interrupções por parte do próprio autor, mas sempre sendo retomada. O caso de amor entre Carlos e Joaninha, que teria sido descoberto por Garrett através de um companheiro de viagem, ocorreu em meio a uma guerra civil, durante os anos de 1832 a 1834 – episódio histórico que abordamos no primeiro capítulo.

As *Viagens* devem contudo sua celebridade maior à novela que se encaixa no discurso do Narrador [...]. Na enredada tessitura da obra, ela funciona (desenrolando-se, com intermitências, desde aquele capítulo até o final do livro) como um elemento que aguça a curiosidade do leitor, se torna elo de ligação de um texto eminentemente digressivo e constitui ainda um "exemplum" que não só se concretiza em situações romanescas as considerações que vão sendo feitas sobre a condição humana e a história recente do País, mas se converte também em confissão ficcional de problemas que Garrett debatia no seu íntimo. (MONTEIRO, 2010, p.171)

A história se inicia com a descrição de uma velha cega na porta de sua casa. Era a avó de Joaninha – que, ao enrolar a linha de sua costura, deixou cair o fiar, sendo prontamente

¹¹Segundo Ofélia Monteiro (2010, p.153) ao envolver-se com Adelaide Pastor, Garrett ainda era casado com Luísa Midosi, de quem todavia estava separado desde 1836.

ajudada pela neta. A figura feminina de Joanhina, que não tinha a formosura da rosa, mas encarnava a pureza angelical do lírio, traz o paradoxo entre o sexual e o espiritual: “Joanhina não era bela, talvez nem galante sequer, no sentido popular e expressivo, que a palavra tem em português... mas era o tipo da gentileza, o ideal da espiritualidade.” (GARRETT, 2010 [1846], p. 172).

A mentalidade da época insistia em afirmar que a mulher era um ser espiritual, o que implicava afirmar que o homem não o era; e girava em torno de uma bipolaridade da natureza feminina, ora vista como marcada por uma antiga aliança com o demônio – tentadora dos homens –, ora como filha espiritual de Maria, sob o polo imaculado da feminilidade: o anjo bom do homem, acessível à piedade, nascida para a benemerência. A relação das mulheres com a religiosidade era, de fato, bastante enfatizada pelo imaginário da época:

As aparições da Virgem e o incremento da devoção mariana [...] integram-se o fenómeno de feminização do catolicismo ocorrido no século XIX. Sendo o anticlericalismo uma manifestação essencialmente masculina, as mulheres constituíam a grande reserva da Igreja Católica, esperando-se que, através delas, não só as novas gerações fossem crescendo dentro dos princípios do catolicismo, mas também os cônjuges, afastados da prática religiosa, a ela retornassem. (MOURA, 2011, p. 295)

Joanhina é caracterizada com muitas qualidades pelo autor, que faz questão, além de frisar seus dotes angelicais – os quais eram considerados valores morais e religiosos para todas as moças “de família” –, de descrever a sua beleza física, principalmente seus olhos e seus cabelos. A beleza de Joanhina representava não uma beleza sexualizada, mas representava o que Rousseau e Garrett determinavam como ideal... se não fossem os olhos verdes – pois os olhos verdes, para Garrett, atizam o homem, fazem com que ele perca a compostura diante da paixão que atizam. Como vimos anteriormente, as cores tinham um significado no ideário da época, o que é resgatado por Garrett na narrativa: assim como o azul era uma cor considerada agradável para o vestuário feminino, o preto surge como a cor ideal para os olhos. Assim, Joanhina contrastava com o “modelo ideal” devido aos seus belos olhos verdes:

Os olhos porém - singular capricho da natureza, que no meio de toda esta harmonia quis lançar uma nota de admirável discordância. Como poderoso e ousado maestro que, no meio das frases mais clássicas e deduzidas da sua composição, atira de repente com um som no meio do ritmo musical... os diletantes arrepiam-se, os professores benzem-se; mas aqueles cujos ouvidos lhes levam ao coração a música e não à cabeça, esses estremecem de admiração e entusiasmo... Os olhos e Joanhina eram verdes... não daquele verde descorado e traidor da raça felina, não daquele verde mau e destingido que não é senão azul imperfeito, não, eram verdes-verdes, puros e brilhantes como esmeraldas do mais subido quilate.
São os mais e mais fascinantes olhos que há.

Eu, que professo a religião dos olhos pretos, que nela nasci e nela espero morrer... que alguma rara vez que me deixei inclinar para a herética pravidade do olho azul,

sofri o que é muito bem feito que sofra todo o renegado... eu firme e inabalável, hoje mais que nunca, nos meus princípios, sinceramente persuadido que fora deles não há salvação, eu confesso todavia que uma vez, uma única vez que vi dois dos tais olhos verdes, fiquei alucinado, senti abalar-se pelos fundamentos o meu catolicismo, fugi escandalizado de mim mesmo, e fui retemperar minha fé vacilante, na contemplação das eternas verdades, que só e unicamente se encontram aonde está toda a fé e toda a crença... nuns olhos sinceros e lealmente pretos. (GARRETT, 2010 [1846], p. 175)

Carlos vive um grande tormento, pois acredita que sua avó lhe esconde algo do passado; com isso, sente que há algo errado na família. De fato, o passado de sua família escondia um segredo que apenas a sua avó, que o criara como mãe, e o frei Dinis sabiam. Esse tormento o levou, ainda jovem, a servir às forças armadas, lutando pelo Liberalismo. Nesta passagem, o autor de *Viagens* faz um regresso na história, voltando aos anos 1820, época que Carlos sai de casa e deixa Joaninha ainda criança, levando consigo essa imagem.

Frei Dinis, antes de ser religioso, não tinha vocação para o celibato. Fora amante da mãe de Carlos, sendo portanto pai do jovem militante. Em uma briga, matou o marido da mãe de Carlos e o pai de Joaninha, desgraçando toda a família. Tentou se redimir da culpa tornando-se um frei e tomando conta da avó de Carlos e Joana – que por desgosto de perder os filhos, ficou cega e infeliz, resistindo apenas (pois já não vivia) para cuidar dos netos.

Tal era frei Dinis, homem de princípios austeros, de crenças rígidas, e de uma lógica inflexível e teimosa: lógica porém que rejeitava toda a análise, e que, forte nas grandes verdades intelectuais e morais em que fixara o seu espírito, descia delas com o tremendo peso de uma síntese aspérrima e opressora que esmagava todo o argumento, destruía todo o raciocínio que se lhe punha diante. (GARRETT, 2010 [1846], p. 197)

Contudo, Carlos não desconfiava que a verdade era pior do que ele podia imaginar. Atormentado, partiu para a Inglaterra para combater em favor das guerras liberais; já em terras estrangeiras, conheceu Georgina – em quem encontrou a segurança e o conforto de que precisava quando estava longe de casa e longe de todos. A presença de Georgina na narrativa é visivelmente pautada no passado do autor, quando ele estava exilado. A instabilidade emocional do protagonista Carlos, bem como seus ideais políticos, refletem o comportamento e a mundividência de Garrett.

Assim como Joaninha, Georgina também tinha um “ar de pureza”, pois seus olhos eram o ideal de mulher angelical, de beleza natural (bem ao estilo rousseauiano e garrettiano), o que a caracterizava como modelo de mulher casta: “nos olhos azuis de Georgina arde, em sereno e modesto brilho, a luz tranquila de um amor provado, seguro, que deu quanto havia de dar, quanto tinha que dar” (GARRETT, 2010 [1846], p. 274). Mulher proveniente de família abastada, educada nos melhores conventos e liceus, podemos afirmar

que Georgina, mesmo morando na Inglaterra (país europeu mais modernizado do que Portugal na época), também fora educada para casar e ser boa esposa; com isso, mantinha os costumes sociais vigentes – ao final de sua história de amor, recorrerá ao convento como forma de superar o que lhe adveio devido à paixão por Carlos.

Quando a guerra civil atingiu Santarém, Carlos, que fora para a Inglaterra após desentender-se com frei Dinis, resolveu voltar à cidade, reencontrando sua prima Joanhina. Eles trocaram um beijo apaixonado, como se fossem namorados. Porém, Carlos tinha Georgina à sua espera na Inglaterra, e se viu atormentado pela dúvida: deveria ou não contar a verdade para sua prima?

Joanhina, contudo, desconfiava de que Carlos não a amava, acreditando que ele poderia ter casado ou assumido compromisso com alguma jovem durante o tempo que passou nos campos de batalha. Carlos, de fato, assumiu um compromisso; mas agora, revendo Joanhina, via-a como um anjo, uma mulher idealizada e encantadora, alguém que poderia trazer de volta a paz que deixou na cidade quando foi embora. Ao mesmo tempo que via Joana como uma encantadora mulher, lembrava-se da criança que deixara com a avó ao partir:

Mas uma criança era a que ele tinha deixado, uma criança a brincar, a colher as boninas, a correr atrás das borboletas do vale... uma criança que, sim, o amava ternamente, cuja sua imagem o não tinha deixado nunca em longa peregrinação, cuja saudade o acompanha sempre, de quem se não esquecera um momento, nem nos mais alegres, nem nos mais ocupados, nem nos mais difíceis, nem nos mais perigosos de sua vida... (GARRETT,2010 [1846], p. 262)

Lembrava-se de que, quando saíra da cidade, havia deixado uma menina frágil; mas agora, ao retornar ao Vale de Santarém, encontrara uma jovem de 16 anos. O amor de primo que sentia por Joana reacendeu de forma avassaladora como o amor de enamorados, como o amor de um cônjuge que aguardava a chegada de seu par – por isso a troca do beijo apaixonado. Porém, Carlos tinha uma mulher à sua espera na Inglaterra, e se viu atormentado pela dúvida.

Mas, no mesmo dia em que chegou ao vale, quase na mesma hora, cheio daquela luz mais viva e animada agora pela proximidade do foco donde saía... nessa mesma hora, ir encontrar ali, naquela solidão, entre aquelas árvores, à tibia e sedutora claridade do crepúsculo... a quem, santo deus! Não já a mesma Joanhina de há três anos, não a mesma imagem que ele trazia, como a levava, no coração; mas uma gentil e airosa donzela, uma mulher feita e perfeita, e que nada perdera, contudo, da graça, do encanto, do suave e delicioso perfume da inocência infantil em que a deixara!

Não esperava, não estava preparado para a impressão que recebeu, foi uma surpresa, um choque, um reviramento confuso de todas as suas ideias e sentimentos. (GARRETT,2010 [1846],p. 264)

Dúvidas e incertezas eram companheiras do jovem. Seus pensamentos voltavam-se a Georgina, uma mulher de classe burguesa, portanto de melhor condição social, e que tanto o amou enquanto estiveram juntos:

Pois é verdade: Carlos tinha amado, amado muito, e amava ainda a mulher a quem prometera, a quem estava resolvido a guardar fé. E essa mulher era bela, nobre, rica, admirada, ocupava uma alta posição no mundo... e tudo lhe sacrificara e ele exilado, desconhecido.

E Carlos estava seguro que nenhuma mulher o havia de amar como ela, que os longos e ondados anéis de loiro cendrado, que os lânguidos olhos de gazela que o ar majestoso e altivo, que a fez duma alvura celeste, que o espírito, o talento, a delicadeza de Georgina... Chamava-se Georgina; e é tudo quanto por agora pode dizer-vos, ó curiosas leitoras, o discreto historiador deste mui verídico sucesso; não lhe pergunteis mais, por quem sois. Carlos estava seguro, dizia eu, que todas essas perfeições que o seu amor sem limites, que a sua confiança sem reserva, não podiam ter rival, nem haviam de ter. (GARRETT, 2010 [1846],p. 267-268)

Mesmo desconfiando de que havia algo estranho na família e nas visitas semanais do frei à sua casa, Carlos queria saber o que passava; mas essa revelação não lhe fez bem, pois o pouco que lhe restava de “homem natural” ia-se corrompendo aos poucos. Carlos será descrito, a partir do capítulo 24 de *Viagens na Minha Terra*, como descendente de Adão, filho de Deus que, mesmo corrompido pela desobediência, tenta voltar ao Paraíso. Na construção dessa personagem, é reproduzida a dicotomia rousseauiana entre a bondade originária (natureza humana) e o homem corrompido (natureza social). O homem (representado aqui por Carlos), feito à imagem e semelhança de Deus, e, por isso, bom em sua essência, converter-se-ia em um “aleijão moral?” Isso não espelhava transformações do próprio Almeida Garrett?

Se na esfera da intimidade afetiva, a maturidade de Garrett se acompanhou, pois, da precariedade – o terreno movediço onde então via caminhar o Homem, privado da grandeza e da solidez que lhe atribuíra na verdura dos anos juvenis -, mostrou, nos campos dos empenhos intelectuais e cívicos, um desgaste convergente, que não o afastou, porém, da militância. Passara o tempo do ingênuo entusiasmo do vintismo, quando acreditara (com Rousseau) na bondade "natural" do homem primitivo.(MONTEIRO, 2010, p.154)

O Adão natural não seria perdoado pela sociedade para que pudesse retornar à sua natureza primitiva?

Mas o melhor e o mais generoso dos homens segundo a sociedade, é ainda mais fraco, falso e acanhado.

Demais, cada tentativa nobre, cada aspiração elevada de sua alma lhe tinha custado duros castigos, severas e injustas condenações desse grande juiz hipócrita, mentiroso e venal... o mundo.

Carlos estava quase como os mais homens... ainda era bom e verdadeiro no primeiro impulso de sua natureza excepcional; mas a reflexão descia-o á vulgaridade da fraqueza. da hipocrisia, da mentira comum.

Dos melhores era, mas era homem. (GARRETT, 2010 [1846],p. 281-282)

Carlos, na verdade, não era diferente dos homens de seu tempo – quiçá, daqueles dos tempos contemporâneos – pois era uma característica comum entre os homens envolver-se com mais de uma mulher, fato aceito pela sociedade, desde que não prejudicasse a família. Em outras palavras: essa propensão a amar e estar envolvido com mais de uma mulher ao mesmo tempo não era típica de Carlos, mas também da sociedade que oferecia essa possibilidade ao gênero masculino. A oscilação moral de Carlos reflete um Portugal em decadência: mesmo conquistando a Liberdade das Luzes – pois a causa liberal triunfara em 1834 –, seus ideais foram corrompidos por homens que dantes queriam igualdade para todos, mas agora abraçavam a hipocrisia, o dinheiro e a mentira por interesses pessoais.

Comportamentos morais como a integridade e o respeito à verdade – que na educação moral Garrett considerou como “direitos e deveres” e “isto no que respeita a todos os domínios relacionais: natureza, sociedade e Deus” (MACHADO, 1993, p.171) – não eram seguidos por todos; mas às mulheres esta educação era imposta, imputando-lhes uma grande responsabilidade – pois elas não podiam errar, devendo sempre estar aptas e atentas para o que precisasse ser cumprido. Como mulheres virtuosas que deveriam ser, cabia-lhes conduzir o seu lar em paz e apaziguar os problemas, mesmo que isso significasse “negar a si” para o bem do outro. Carlos negou, mas não foi “a si próprio”, nem para o bem de uma amada...

As circunstâncias aqui analisadas da vida dos personagens, tendo em vista os costumes sociais/morais vigentes, ajudaram a reconhecer as características de Joanhina, Carlos e Georgina, compondo um quadro não somente fictício, mas que de fato expressa o que se passava na sociedade portuguesa do século XIX. Durante esse período de grandes transformações, a mulher foi lutando cada vez mais por seu espaço, mesmo que de uma forma tímida – como Georgina, que estudou, cursou universidade e abriu mão das convenções para enamorar-se por um homem de classe inferior à sua; ou como Joanhina – que, mesmo com toda a sua ingenuidade, resistiu da forma como lhe foi possível. Certo é que a questão não foi resolvida no momento, porque Carlos decidiu omitir-se; mas Georgina, mesmo enquanto representante do chamado “gênero frágil”, não se omitiu, tomando a decisão de deixar Carlos.

[...] Nesse contexto - de que são definidoras circunstâncias a reforma pombalina da Universidade, as invasões francesas e a difícil implantação do liberalismo, só definitiva em 1834 -, pouco se concretiza, porém, quer na prática social generalizada, quer em medidas governamentais, a reequação do vulto feminino e dos seus "papéis", são atuações e vozes mais ou menos isoladas, provindas de meios avançados de opinião, e também a contestação acerada que frequentemente motivam

que nos dão testemunho de que tal processo estava efetivamente em curso num acri diálogo com a "doxa" conservadora. (MONTEIRO, 2010, p.245)

Para fechar este capítulo, mostra-se essencial a retomada de questões apontadas anteriormente, que dizem respeito às contradições dos costumes oitocentistas vivenciados por homens e mulheres, tanto na vida privada quanto no espaço público. Embora nos pareça clara a permanência do sentimento amoroso como ideal sustentador das jovens solteiras, muitas das frustrações ocorriam por conta de atitudes do homem para com a mulher, já que ele muitas das vezes dela abusava sexualmente ou sentimentalmente, cabendo à mulher ser sempre submissa ao gênero masculino. Ainda seria necessário muito tempo até que as feminilidades se transformassem – o que não significa dizer que nossas ancestrais oitocentistas não desenvolvessem formas de resistência. Como afirma Michelle Perrot:

As mulheres do século XIX – provavelmente em todos os tempos – não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizando os espaços e as tarefas que lhes eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes. (PERROT, 2005, p. 273)

5 CARLOS, JOANINHA E GEORGINA: COSTUMES MORAIS, DILEMAS SENTIMENTAIS.

A Novela do Vale descrita em *Viagens na Minha Terra* conta uma história de amor vivida por Joanhina, seu primo Carlos e Georgina – jovem por quem Carlos se apaixonou durante sua estadia na Inglaterra. Esse triângulo amoroso, que se formou a partir das escolhas de Carlos – por “amar demais” e envolver-se com uma mulher mesmo ainda estando comprometido com outra – desenvolveu um dilema amoroso protagonizado pelos personagens supracitados. Segundo Kathryn Bishop-Sanchez (2008, p.199) a novela da Casa do Vale não seria para Garrett “o fator principal da obra”, mas sua encenação dramática “corroborava também para que a novela seja posta em relevo, a fim de melhor sublinhar temas-chave do ideário de Garrett”.

No capítulo anterior, vimos que Joanhina morava com a avó, que a criara como se fosse sua mãe, oferecendo-lhe amparo e direção na vida que tão cedo “levou seus pais desta terra”. No entanto, já não é mais a avó, D. Francisca, que cuida de Joanhina; estando D. Francisca velha e cega (devido ao pesar dos anos e às muitas tristezas da vida), Joana dela cuida, assim como cuida também dos afazeres da casa, juntamente com um criado, amigo da família. Como toda jovem mulher de sua época, Joanhina foi educada para dedicar-se à família, e faz parte desta educação cuidar dos pais (neste caso, a avó D. Francisca) na velhice.

D. Francisca só tinha um neto e uma neta: Carlos e Joanhina, ambos órfãos de pai e mãe. Carlos, assim como a prima, fora criado como um filho pela avó, mas crescera com muita dúvida em relação ao seu passado, julgando que a família escondia dele um grande segredo. Frei Dinis, amigo da família, sempre os visitava, e ajudou na criação dos jovens. Os jovens foram educados com os valores cristãos e morais cultivados pela avó e pelo frei, e também receberam uma educação escolar – afinal, ambos sabiam ler e escrever, dentre outras qualidades que competia aos homens e mulheres aprender (como, respectivamente, saber manejar uma espada para um engajamento militar e coser). Carlos crescera e fora para a faculdade, onde frequentara o curso de Direito. Joanhina permaneceu em casa com a avó, não recebendo educação superior.

Toda sexta-feira, frei Dinis visitava D. Francisca e Joanhina. Ele era como uma espécie de parente, e estava presente todas as semanas. Carlos, mesmo ausente por causa da faculdade, recebia conselhos do frei – por exemplo, atentar para a leitura de clássicos, como Horácio e Virgílio. O frei elogiava o jovem estudante: “– É temente a Deus, não tem o ânimo

cobiçoso e servil, não é hipócrita, a mania do liberalismo não o mordeu ainda... há de ser um homem de préstimo” (GARRETT, 2010 [1846], p.208) – dizia o frei à D. Francisca, com sinceridade.

Conforme Bishop-Sanchez (2008, p.203), “esta afirmação do frade, o temor a Deus, assim como a distância em relação às ideias liberais, são factores primordiais que permitem salvaguardar a pureza e a bondade de homem natural”. Assim, Carlos representaria, até o final de sua carreira universitária, um jovem capaz de manter os valores morais e religiosos que recebera ao longo da formação – e que, também por isso, acendia o coração das moças, tão logo as conhecia. Carlos, por ser um jovem com qualidades morais, além de inteligente e viril, era considerado um “bom partido”.

No entanto, mesmo recebendo apoio para a sua criação, o jovem sempre achou que a sua família lhe escondera algo muito terrível, mas não sabia de fato o que era. Chegou a pensar em perguntar à prima Joana, mas julgou depois que ela não sabia de que se tratava.

Não há nada como tomar uma resolução.

Mas há de tomar-se e executar-se; aliás, se o caso é difícil e complicado, pouco a pouco as dúvidas surgidas começam a enlear-se outra vez, a enredar-se... a surgir outras novas, a apresentarem-se as faces ainda não vistas da questão... enfim, se o intervalo é largo, quando a resolução tomada chega a executar-se, a maior parte das vezes já não é por força de razão e de convicção que se faz, mas por capricho, ponto de honra, teima.

Carlos tinha resolvido ir ao prazo dado, no fim do dia. Mas o dia era longo, custou-lhe a passar. Todas as ponderações da noite lhe ocorreram ao pensamento, todas as imagens que lhe tinham flutuado no espírito se avivaram se animaram, e lhe começaram a dançar na alma aquela dança de fadas e duendes que faz a delícia e o tormento destes sonhadores acordados que andam pelo mundo e a quem a douta faculdade chama nervosos; em estilo de romance sensíveis, na frase popular malucos. [...]

Entre aquelas imagens que assim lhe bailavam no pensamento, vinha uma agora... talvez a que ele via mais distinta entre todas, a da avó que tanto amara em cujo maternal coração ele bem sabia que tinha a primeira, a maior parte... da avó que tão carinhosa mãe lhe tinha sido! Pobre velhinha, hoje decrépita e cega... Cega, coitada! Como e porque cegaria ela?

Havia aí mistério, que Joanhinha indicara, mas que não explicou.

Atrás da paciência e humilhada figura daquela mulher de dores e desgraças, se erguia um vulto austero e duro, um homem armado da cabeça aos pés de ascética insensibilidade, um homem que parecia o fado-mau daquela velha, de toda a sua família... o cúmplice e o verdugo de um grande crime... um ser de mistério e de terror.

Era Frei Dinis aquele homem; homem que ele desejava, que ele cuidava detestar, mas por quem, no fundo da alma, lhe clamava urna voz mística e íntima, uma voz que lhe dizia: “Assim será tudo, mas tu não podes aborrecer esse homem”.

Sim, mas sobre Frei Dinis pesava uma acusação tremenda, que o fizera, a ele Carlos, abandonar a casa de seus pais! Acusação horrível que também compreendia a pobre velha, aquela avó que o adorava, e que ele, ainda criminoso como a supunha, não podia deixar de amar. (GARRETT, 2010 [1846], p. 269-270)

Diante desta desconfiança, e já motivado pelos rumos que tomara durante o período que cursou Direito, Carlos retornou para casa, já formado, resolvido a unir-se aos liberais. Frei Dinis não aprovou a decisão tomada por Carlos de partir para as guerras contra os Miguelistas. Segundo Bishop-Sanchez (2008, p. 205), o que degenerou Carlos foram as más companhias no curso universitário e o incentivo à leitura de livros “corruptos”.

Ao concluir o curso, porém, nasce nele a firme resolução de emigrar, uma ruptura que se pode interpretar como uma rejeição ainda mais severa dos valores familiares e tradicionais.

Aquilo que Frei Dinis receava veio a realizar-se: Carlos compromete-se na cena política do país. A sua declamação contra D. Miguel e o seu visível entusiasmo pela causa liberal constituem a justificação necessária da sua partida obrigatória. (BISHOP-SANCHEZ, 2008, p.213)

Partiu o jovem para a Inglaterra embebedado de seus ideais (e rebeldias) liberais, e lá conheceu uma família generosa e abastada, que o acolheu. Na família, havia três filhas que simpatizaram muito com Carlos, e que o ajudaram durante sua estadia em terras inglesas. Carlos, já manifestando sua disposição donjuanesca, aproximou-se das filhas da família, talvez buscando algo além de uma ajuda ou amizade, e apaixonou-se pela segunda filha, de nome Laura, que pediu ao jovem que não fosse mais à sua casa. Júlia, irmã mais velha de Laura, comunicou a Carlos que a irmã não podia ficar com ele porque era prometida em casamento a outro rapaz, e que partiria em três meses para as Índias.

Carlos encontrou-se com a terceira irmã, Georgina, na cidade de Shire, afirmando nela ter encontrado o amor de sua vida. Carlos foi muito feliz nos meses que passou na Inglaterra, ao lado de Georgina, mas seu coração não deixava de ocupar-se das demais paixões que tivera e conquistara. “O meu coração estava em – Shire, em Inglaterra, estava na Índia, estava no vale de Santarém, pelo mundo em pedaços repartido” (GARRETT, 2010 [1846], p. 454).

Garrett, assim como Carlos, não tinha como característica manter-se fiel à mulher com quem estava; e, assim como o personagem que se envolvia com três irmãs inglesas, o próprio Garrett também se viu envolvido com três irmãs – também inglesas. Não causa espanto a existência dessa ligação entre o autor e o personagem.

Passou-se, no entanto, o mês de Março sem que Garrett pudesse ir juntar-se aos amigos e, finalmente, em 7 de abril comunicava a Gomes Monteiro: "Infelizmente a minha pobre mulher sempre valetudinária e não me tenho atrevido à viagem. [...]". Para aqueles que, mais tarde, atribuíam mau feitio a Luíza, para explicar as futuras desavenças do casal, deve ser lembrada a seguinte observação que nessa carta João Baptista faz a respeito de Luíza: “O Senhor conhece minha mulher, e bem se vê que ela por si e seu gênio não é de ser muito pesada - mas uma convalescente sempre o é isso que me faz vacilar”. [...]

Depreende-se das suas justificações, que o poeta não estava, no fundo, com muita vontade de deixar imediatamente Londres e que procurava entreter o amigo Gomes Monteiro. O seu dedicado biógrafo Gomes de Amorim, sempre pronto a justificar o poeta e a encobrir as suas aventuras amorosas, admite, todavia, que por esta altura namorava três irmãs inglesas, tendo-se seriamente envolvido com uma delas. (MAGALHÃES, 1996, p. 64-65)

Ao recordar paixões antigas, para além da que vivia no momento, Carlos cedia lugar para mais um problema a ser enfrentado futuramente por ele, além do problema familiar com o qual já se via obrigado a lidar. Certo dia, nos Açores, Carlos passou à grade de um convento, e uma freira, chamada Solidade, cativou sua tristeza, fazendo-o simpatizar ternamente com ela. Começamos a verificar que Carlos, de fato, “tinha amado, amado muito” (GARRETT, 2010 [1846], p. 267).

Pois é verdade; Carlos tinha amado, amado muito, e amava ainda a mulher a quem prometera, a quem estava resolvido a guardar fé. E essa mulher era bela, nobre, rica, admirada, ocupava uma alta posição no mundo... e tudo lhe sacrificara e ele exilado, desconhecido.

E Carlos estava seguro que nenhuma mulher o havia de amar como ela, que os longos e ondados anéis de loiro cendrado, que os lânguidos olhos de gazela que o ar majestoso e altivo, que a fez duma alvura celeste, que o espírito, o talento, a delicadeza de Georgina... Chamava-se Georgina; e é tudo quanto por agora pode dizer-vos, ó curiosas leitoras, o discreto historiador deste mui verídico sucesso; não lhe pergunteis mais, por quem sois. Carlos estava seguro, dizia eu, que todas essas perfeições que o seu amor sem limites, que a sua confiança sem reserva, não podiam ter rival, nem haviam de ter.

Mas aquele beijo, aquele abraço de Joaninha... oh! que lhe tinha ele feito? Como o sentira ela? Como lhe guardara seu talismã o coração e a alma?...

Não, Carlos estava certo de si, certo do seu antigo amor, lembrado de quanto lhe devia: e nisso refletiu toda aquela noite que se fora em claro.

A imagem de Joaninha lá aparecia, de vez em quando, como um raio de luz transiente e mágica, no meio dessas outras visões do passado que a reflexão lhe acordava. Ai! essa era a reflexão que as acordava... aquela vinha espontânea; era repelida, e tornava, e tornava... (GARRETT, 2010 [1846], p. 267-268)

Diante da decisão tomada por Carlos de lutar a favor dos liberais, ou seja, ficar contra os defensores da monarquia absolutista – sempre tão próxima à igreja, e vice-versa –, frei Dinis o acusa de ser “mau cristão, inimigo de Deus” (GARRETT, 2010 [1846], p. 285).

O jovem liberal passou anos fora de seu país devido à guerra contra os absolutistas, assim como o autor de *Viagens na Minha Terra*. Ambos, porém, não tinham somente essa afinidade: Garrett, assim como o personagem Carlos, viveu desamores pessoais e problemas familiares em meio a um contexto de guerras, transformações e progressos nas esferas sociais e políticas de Portugal. Garrett, no entanto, não deixaria de receber surpresas da vida: a morte de mais dois filhos, o que lhe causou profunda tristeza, amenizada apenas com o nascimento de Maria Adelaide, em 1841; uma vida pública conturbada, que ensejou a demissão dos

cargos que ocupava; e o falecimento da mãe de Maria Adelaide, a jovem esposa de apenas vinte anos de idade.

Já o dissabor de Carlos foi saber a real história da morte do pai, e de como isso lhe foi escondido durante anos. Envolveu-se com Joanhina, o que deu início ao triângulo amoroso formado pelos personagens – pois, ao retornar, estava comprometido com Georgina, a terceira irmã da família que o hospedou na Inglaterra. Joana sabia que Carlos tinha uma nova perspectiva de vida, agora já moldada pela experiência dos anos de guerra civil¹² e pelo conhecimento de culturas de um país diferente do seu; mas notava no rapaz, a princípio, o mesmo Carlos, o mesmo primo que fora educado junto com ela, e que aprendera desde cedo a ser o protetor da família, o zelador das mulheres, pelo que concerne seu papel de homem na sociedade.

Joana não o via somente como primo, mas como aquele cujo coração lhe enchera de esperança e amor. Carlos possuía todas as características que um jovem poderia ter para agradar as donzelas; e devido à educação tradicional que recebera, Joanhina, assim como as demais jovens, sonhava avidamente com o seu “príncipe”, não vendo o momento de se casar e encher a casa de filhos. Carlos não era rico, porém, a sua postura viril e o seu cargo como oficial militar lhe garantia certo *status* diante da sociedade e das jovens.

Foi por este jovem (sem cobiças, esperançoso, temente a Deus e alegre) que Georgina também se apaixonou durante os três meses ao longo dos quais ficaram juntos na Inglaterra. Sendo uma mulher moderna para o seu tempo – pois tinha uma educação superior (considerando que a Inglaterra já estava mais evoluída em relação à educação das mulheres em comparação com alguns países da Europa, como Portugal) –, Georgina não viu barreiras que impedissem o relacionamento dos dois, mesmo sendo ele de classe inferior à sua.

Em Joana, são realçadas pelo autor qualidades como a autenticidade, a inocência, a simplicidade, a pureza e a ternura – características esperadas para todas as mulheres, mas atribuídas principalmente a Joanhina. Como escritor também voltado a interesses pedagógicos, Garrett realça estas características “femininas” com uma finalidade moralizante e educadora, visto que estas eram as qualidades tidas como principais dotes femininos – além de coser e cuidar do marido e dos filhos. Eram estas algumas das instruções que o autor transmitia para a sociedade, como vimos nas suas obras *Da Educação* e *O Toucador*. Embora fisicamente não fosse “bela (...) nem galante” (GARRETT, 2010 [1846], p.172), Garrett

¹²Sobre a Guerra Civil, cf. o primeiro capítulo desta dissertação.

destaca em Joanhina a graça, vitalidade, saúde e energia (GARRETT, 2010 [1846], p. 173), características que adquirira através do Vale de Santarém:

Ligada estreitamente a um espaço físico (o Vale de Santarém), Joanhina permanece imutavelmente fiel a esse espaço e sobretudo aos valores que a sua configuração insinua; uma configuração que de certa forma pode ser considerada uma pré-apresentação de Joanhina. De ordem metonímica, porque esta descrição está no primeiro limiar da primeira alusão a Joanhina; de ordem simbólica, porque os sentidos fundamentais insinuados pela descrição do espaço coincidem, de um modo geral, com o que a caracterização de Joanhina há-de revelar: os sentidos da harmonia, da perfeição, da simplicidade, da pureza original de um cenário que exclui os vícios sociais. (BISHOP-SANCHEZ, 2008, p. 210)

Ao crescer, Joana conservou as suas qualidades, permanecendo fiel aos valores a partir dos quais fora educada. Poderia ter sido essa “beleza natural” o que mexeu com a emoção de Carlos, ao ver estas qualidades em Joanhina, fazendo-o por alguns instantes esquecer-se de Georgina? Em nenhum momento Carlos revela, segundo a narração da história, que de fato esquecera Georgina; logo, Carlos permitiu-se envolver emocionalmente no momento que reencontrou a prima, uma vez que a beijou e continuou com os encontros amorosos sem revelar seu compromisso.

Os costumes conservadores vigentes em Portugal, transmitidos pelas famílias, por vezes eram reforçados perante a sociedade através de autores como Garrett; podemos perceber como isso ocorria observando as decisões tomadas pelos personagens, que refletem o comportamento de homens e mulheres daquela época. Veremos como cada um deles – Joanhina, Georgina e Carlos – se posicionou diante do dilema sentimental que deviam resolver, mesmo sabendo que a decisão caberia, acima de tudo, a Carlos, visto que Joanhina e Georgina já sabiam, nesse momento, que ele estava envolvido com ambas.

Carlos retornou para rever Joanhina. Porém, ao encontrá-la, já não a olhava com o mesmo entusiasmo de antes, o que foi percebido por Joanhina. Carlos decidiu abandonar a prima para não submetê-la ao mesmo sofrimento experimentado por outras mulheres que tinham se apaixonado por ele, e que ficaram sem o seu amor, pois nunca fora homem de uma só mulher; e vendo-se entre Joanhina e Georgina, suas duas últimas e grandes paixões, Carlos duvidava sobre qual deveria amar, pois ambas estavam em sua mente.

'Olhos verdes!...

'Joanhina tem os olhos verdes.

'Não se reflete neles a pura luz do céu, como nos olhos azuis.

'Nem o fogo — e o fumo das paixões, como nos pretos.

'Mas o viço do prado, a frescura e animação do bosque a flutuação e a transparência do mar...

'Tudo está naqueles olhos verdes.

'Joanhina, por que tens tu os olhos verdes?

'Nos olhos azuis de Georgina arde, em sereno e modesto brilho, a luz tranquila de um amor provado. seguro, que deu quanto havia de dar, quanto tinha que dar.
'Os olhos azuis de Georgina não dizem senão uma só frase de amor, sempre a mesma e sempre bela: Amo-te, sou tua! (GARRETT, 2010 [1846], p.273-274)

O narrador/Garrett, sempre conversando com o leitor, adota uma postura defensiva, fazendo questão de que não acusemos Carlos de hipocrisia ou de outra característica machista, pelo fato de o militar namorar duas jovens ao mesmo tempo. O rapaz sempre insistiu em dizer que amava Georgina, sugerindo que não amava Joanhina. Há, talvez, uma confissão de Garrett nos “pecados” representados em Carlos; como autor e narrador, ele tenta construir uma imagem de vítima de si e dos acasos da vida.

Leitor amigo e benévolo, caro leitor meu indulgente, não acuses, não julgues à pressa o meu pobre Carlos; e lembra-te daquela pedra que o Filho de deus mandou levantar à primeira mão que se achasse inocente... A adúltera foi-se em paz, e ninguém a apedrejou.
Pois é verdade; Carlos tinha amado, amado muito, e amava ainda a mulher a quem prometera, a quem estava resolvido a guardar fé. (GARRETT, 2010 [1846], p. 267)

Na história – que, como vimos, também trata de ideais políticos –, Joanhina simboliza um ideal moral: uma mulher que segue e que guarda os costumes religiosos, o sonho matrimonial, as lembranças de um passado honroso; é o elo entre a memória — fator de ligação entre o passado glorioso – e um presente com pouca esperança para o progresso (e para o futuro com Carlos). Longe da sociedade, a educação que ela conhece lhe é oferecida pelo Vale de Santarém: "Nesta, foi a natureza que fez tudo, ou quase tudo, e a educação nada ou quase nada" (GARRETT, 2010 [1846], p.172). Joanhina recebeu, portanto, uma educação doméstica; diferentemente de Georgina, que fora criada na mesma época – mas que, por viver numa grande cidade da Inglaterra, recebera uma educação superior, para além dos limites de uma educação estritamente conservadora e familiar. Joanhina era “um ideal do *demi-jour* da coquette parisiense: sem arte nem estudo, lho preparara a natureza em seu *boudoir* de folhagem perfumado da brisa recendente dos prados” (GARRETT, 2010 [1846], p.244).

Assim como Joanhina, Georgina representa um ideal moral positivo: uma civilização que, mesmo estando em progresso, não se corrompeu com os ditames da modernização que leva às mudanças. Junto de uma família amiga da sua, Georgina viaja para Portugal a fim de saber mais sobre Carlos e ficar próxima dele; pressentia que algo havia mudado em relação ao sentimento do seu amado, pois suas cartas já não eram tão apaixonadas como antes. Buscou informações sobre o rapaz e juntou-se às tropas constitucionais, auxiliando os feridos. Com a ajuda de frei Dinis, levou Carlos para um convento, a fim de oferecer um melhor tratamento, e ali mesmo tomou conhecimento da história de amor que envolvia Carlos e a prima Joanhina.

Mesmo amando Carlos, percebeu que o coração do rapaz não pertencia somente a ela, pois também estava apaixonado por Joanhina. Mesmo sofrendo por saber que o seu futuro marido estava envolvido com outra mulher, continuou a cuidar dele por semanas, até que estivesse totalmente curado e pudesse retornar para a sua família, que o esperava. Por isso, quando Carlos se recuperou, resolveu deixá-lo, pois conheceu Joanhina e sabia o quanto ela sofria pela falta do primo. Preferiu então, como mulher moderna que era, tomar a decisão de deixá-lo. Ela própria escolheu o seu destino, por mais dor que lhe causasse; mas preferiu fazê-lo, em vez de ficar à espera de Carlos. Georgina se despediu, dizendo a Carlos que ele poderia ir ao encontro de sua família. Mas o rapaz a confrontou:

– 'Georgina!'
 – 'Carlos!'
 – 'Tu já não me amas?'
 – 'Não.'
 – 'Tu já não me amas, Georgina, tu!' exclamou Carlos depois de uma longa e penosa luta consigo mesmo:[...]
 [...]
 – 'Queres que te repita? Repetirei. Que tu amas tua prima que ela te adora. E por Deus, Carlos, eu já lhe quero como se fora minha irmã. Entendes bem que te não amo? Compreendes agora que tudo acabou entre nós, e que não vejo, não posso ver em ti já senão o esposo, o marido da inocente criança que tomei debaixo da minha proteção, e a quem juro que hás de pertencer tu?'
 – 'Juras falso.'
 – 'Como assim! Pois queres mais vitimas? Não estás satisfeito com a minha ruína? Eu ao menos não sou do teu sangue. E essa velha decrépita que é tua avó, que duas vezes foi em verdade tua mãe porque te criou – essa inocente que te ama na singeleza do seu coração...e esse pobre frade velho...' (GARRETT, 2010 [1846], p. 344; 345; 349).

Contudo, a decisão também dependeria de Carlos, e o dilema que estava enfrentando – podemos afirmar: o maior deles – era o fato de não conseguir escolher entre ser o homem natural de Santarém – ou seja, escolher Joanhina – e ser o homem civilizado, vivendo ao lado de Georgina.

É que Carlos, erradicado á autenticidade do Vale, causticado pela descoberta de uma segredo familiar terrível que lhe corrói a ingenuidade do coração, lançado na civilização que dispersa o "eu" ao imergi-lo na turbulência e no artifício, caíra na "flutuação inquieta e doentia" que é a doença do "homem social" (cap. XXIV) – a doença de que Garrett se sentia também atingido e que disse em poemas ou máscaras ficcionais. Daí a conviência do narrador/autor com a sua personagem, a quem dá um donjuanismo de recorte romântico, explicado pela superabundância de energia de uma coração bom, fragmentada e dispersa pela sociedade maléfica. (MONTEIRO, 2011, p. 177)

Durante a sua estadia no convento, Carlos conheceu, a partir da revelação do frei, o segredo que tanto desejava e que o deixava angustiado. Ficou sabendo sobre sua paternidade, e como morrera seu pai. Ao saber a verdadeira história de seu passado, enfrentou sentimentos

diversos: sentia piedade do frei, mas continuava a odiar o religioso. A revelação que ele tanto desejava, no entanto, viria posteriormente a contribuir para a sua falta de maturidade para lidar com as situações ao seu redor.

Carlos estava meio sentado, meio deitado numa longa cadeira de recosto; Georgina em pé, com os braços cruzados e na atitude de reflexiva tranquilidade. Um sol brilhante e ardente, um sol de mato, feria os estreitos vidros da pequena janela que si dava luz àquele quarto: a excessiva claridade era velada por uma longa e ampla cortina.

[...]

Curvo, encostado a um bordão grosseiro, o seu chapéu alvadio debaixo do braço, o frade deu alguns passos trêmulos para onde estavam os dous, arrastando a custo as soltas alpercatas que davam um som baço e batido, e faziam – não sei por que nem como – estremecer a quem as sentia.

Parou a pouca distância, e tirando a voz fraca e tênue, mas vibrante e solene, do íntimo do peito, disse para Carlos:

– 'Tu maldisseste-me, filho, e eu venho perdoar-te. Tu detesta-me, Carlos, de todos os poderes da tua alma, com toda a energia de teu coração; e eu venho-te dizer que te amo, que tomara dar a minha vida por ti, que do fundo das entranhas se ergue este imenso amor que não tem outro igual, a pedir-te misericórdia, a clamar-te em nome de Deus e da natureza, a pedir-te, por quanto há santo no céu e de respeito na terra, que levantes essa maldição, filho, de cima da cabeça de um moribundo.'

Eram ditas em tal som estas vozes, vinham pronunciadas lá de dentro da alma com tal veemência, que não lhas articulavam os lábios, rompiam-nos elas e saíam.

O soldado parecia desacordado, confuso e sem inteligência do que ouvia. Georgina impassível até ali, rígida e inabalável com o seu amante, sentia comover-se agora daquela angustia do velho. E que partia pedras a dor que vinha naquelas falas sepulcrais, que transudava daquele rosto cadavérico.

[...]

A Carlos revolviam-se-lhe no peito urna grande luta. O horror, a compaixão, o ódio, a piedade iam e vinham-lhe alternadamente do coração às faces, e tornavam do rosto para o peito. Uma exclamação involuntária lhe rebentou dos lábios em meio deste combate. – 'Padre, padre! e quem assassinou meu pai, quem cegou minha avó, e quem cobriu de infâmia a minha... a toda a minha família?'

– 'Tens razão, Carlos, fui eu; eu fiz tudo isso: mata-me. Mas oh! mata-me, mata-me por tuas mãos, e não me maldigas. Mata-me, mata-me. É decreto da divina justiça que seja assim. Oh! assim meu Deus! às mãos dele, Senhor! Seja, e a vossa vontade se faça...'

O frade caiu de bruços no chão, e com as mãos postas e estendidas para o mancebo, clamava: – 'Mata-me, mata-me! Aqui há pouca vida já: basta que me ponhas o pé sobre o pescoço; esmaga assim o réptil venenoso que mordeu na tua família e que fez a tua desgraça e a de quantos o amaram, Sim, Carlos, sê tu o executor das iras divinas. Mata-me. Tantos anos de penitência e de remorsos nada fizeram: mata-me, livra-me de mim e da ira de Deus que me persegue.'" (GARRETT, 2010 [1846], p. 351-354).

Outra característica comum entre Garrett e Carlos é que, assim como Garrett, Carlos já não acreditava tão plenamente na revitalização da sociedade a partir da vitória liberal. Diante de todo o progresso, a ruína moral em que se encontrava se associava às lutas liberais, frente ao impasse de os cidadãos não receberem, de fato, o que lhes fora prometido. Já não acreditava na sua própria capacidade de ser o homem que fora antes, no passado, quando ainda lutava por ideais de paz e liberdade e amava uma única mulher, a qual havia escolhido para casar. A revelação feita por frei Dinis fez Carlos julgar que não haveria mudança no

homem, e que tal como o frei era (ou fora) – hipócrita, violento, mentiroso, ambicioso – assim seria a sociedade; e, numa visão pessimista, assim também seria ele próprio, assim seria Portugal.

Se, por um lado, Carlos revela a sua propensão para a mentira, por outro, a falsidade e o engano tinham existido, desde o princípio, na sua família, que lhe escondeu a identidade do seu verdadeiro pai e o desenvolvimento dos acontecimentos que levaram ao duplo homicídio familiar. A revelação da verdade chegou tardiamente para a compreensão de seu mundo imediato: Carlos rejeita categoricamente o passado e foge para se subtrair das lembranças do presente. (BISHOP-SANCHEZ, 2008, p. 219)

Segundo Bishop-Sanchez (2008, p. 204), para Garrett, Carlos não poderia mais voltar para as suas raízes em Santarém, pois apenas misticamente, à moda de Rousseau, poderia deixar a civilização para voltar às origens naturais. Ainda segundo a autora (2008, p. 203), o que levava a Carlos a não voltar para o seu estado natural foram os problemas ocorridos em outras esferas de sua vida, sobretudo na família.

Em carta à prima, Carlos reconhece ter um coração volúvel e não merecer o amor de nenhuma mulher:

Eu sim, tinha nascido para gozar as doçuras da paz e da felicidade doméstica; fui criado, estou certo, para a glória tranquila, para as delícias modestas de um bom pai de família.

Mas não o quis a minha estrela. Embriagou-se de poesia a minha imaginação e perdeu-se: não me recobro mais. A mulher que me amar há de ser infeliz por força; a que me entregar o seu destino, há de vê-lo perdido, Não quero, não posso, não devo amar a ninguém mais.

A desolação e o opróbrio entraram no seio da nossa família. Eu renuncio para sempre ao lar doméstico, a tudo quanto quis, a tudo quanto posso querer. Deus que me castigue, se ousa fazer uma injustiça, porque eu não me fiz o que sou, não me talhei a minha sorte, e a fatalidade que me persegue não é obra minha.

Adeus Joana, adeus prima querida, adeus irmã da minha alma! Tu acompanha nossa avó, tu consola esse infeliz que é o autor da sua e das nossas desgraças. Tu, sim, que podes, e esquece-me.

Eu, que nem morrer já posso, que vejo terminar desgraçadamente esta guerra no único momento em que a podia abençoar, em que ela podia felicitar-me com uma bala que me mandasse aqui, bem direita ao coração, eu que farei?

Creio que me vou fazer homem político, falar muito na pátria com que me não importa, ralhar dos ministros que não sei quem são, palrar dos meus serviços que nunca fiz por vontade; e quem sabe?... talvez darei por fim em agiota, que é a única vida de emoções para quem já não pode ter outras

Adeus, minha Joana, minha adorada Joana, pela última vez, adeus. (GARRETT, 2010 [1846], p. 455-456)

Nessa carta de Carlos a Joanhinha, vemos que ele afirmava desejar, de fato, viver conforme fora educado: ou seja, formar uma família e viver no ambiente doméstico, com sua esposa e filhos. No entanto, não escolheu viver este sonho. Joanhinha, sim, desejava viver para sempre com Carlos. Foi educada para casar, e desejava que fosse com o homem que lhe deu

esperanças. Contudo, não cabia a ela tomar uma atitude e resolver esta questão. Ela aguardava passivamente a decisão de Carlos. Restava saber quão passivamente/emocionalmente ela aguentaria esperar, e como ela reagiria quando Carlos resolvesse o seu dilema sentimental.

Coerente com toda a semântica de Viagens é que Carlos não possa amá-la, nem saiba mesmo verdadeiramente amar. Pela tão curiosa análise que o Narrador faz dos sentimentos do moço oficial nos dois capítulos citados (XXII, XXIII) – a solicitar constantemente a leitores e leitoras a compreensão das ambiguidades do jovem, como se com ele estivesse, e estivéssemos nós todos afinal, numa relação de fraterna semelhança [...] sabemos da sua polivalência interior, da fluidez com que passara, levado pelo correr do tempo e pelas experiências vividas no estrangeiro, da "memória de Joanhina" que trazia "impressa no mais puro e no mais santo de sua alma" como "uma luz quieta, límpida, serena como a tocha na mão do anjo que ajoelha em inocência e piedade diante do trono do Eterno" (cap. XXII), ao amor por uma Georgina inglesa, delicada, ativa, talentosa, que se dedicara com total devoção "ao foragido, pobre, estrangeiro, desprezado" que ele fora. Carlos dizia consigo que "tinha amado" essa mulher superior, "amado muito e deveras..." e que cuidava amá-la ainda...e que a "devia amar", "por quanto há sagrado e santos deveres do coração"; mas por que o impressionara então tanto o reencontro com Joanhina? Que lhe estava sendo a prima naquele momento? (MONTEIRO, 2010, p.176-177)

A mulher virtuosa, segundo vimos ao analisar o pensamento de Rousseau, é aquela que, sendo portadora da piedade, transmite, por meio da educação inicial, os primeiros princípios de humanidade. Podemos tomar como exemplo de mulher virtuosa, na visão rousseuniana, a personagem feminina Georgina. Georgina renunciou a si própria, renunciou a lutar pelo amor de Carlos em favor do amor que Joanhina sentia por ele, e ao amor que ela (Georgina) acreditava que o seu amado tinha pela prima Joana. Georgina foi forte em uma época na qual a força não era considerada característica do gênero feminino, sobretudo quando se tratava do equilíbrio sentimental. Mas essa força era emocional... demandando ainda mais esforço e equilíbrio do que a força física. Não esperou passivamente, como Joanhina; ela mesma resolveu o seu dilema.

O narrador/autor, já de partida rumo a Lisboa, quis saber como terminou a história; assim, foi à casa de Joanhina buscar notícias, pois foi lá que começou a tomar conhecimento da história de amor. D. Francisca estava sentada na varanda ao lado do frei Dinis – que, já velho e cansado, entregou ao narrador/Garrett uma carta manchada de lágrimas que Joanhina recebera de Carlos, carta que revelaria o destino dos personagens e o modo como se posicionaram diante do dilema sentimental que enfrentavam. Carlos largou as paixões e começou sua carreira na política como barão, deixando de enviar notícias depois de algum tempo. Georgina abdicou do amor e foi viver em um convento – pois assim Carlos estaria livre de seu compromisso com ela, e poderia casar-se com Joanhina; desse modo, Georgina morre para a vida ao converter-se ao Catolicismo, tornando-se abadessa.

No entanto, Carlos não foi forte, nem ousado. Se Georgina, ao abdicar do amor de Carlos, ajudou-o a resolver o dilema sentimental decorrente de seu envolvimento em um triângulo amoroso, por que ele continuou a insistir nesta situação embaraçosa? Será que não lhe bastava o amor de Joaquina? Possivelmente não, pois a abandonou, enviando-lhe uma carta.

De facto, a impossibilidade, por exemplo, de chegar a um *happy ending* na história de Carlos e Joaquina, inserida no tempo das lutas liberais, faz eco do impasse da sociedade portuguesa frente à degenerescência de que o autor a acusa, denunciando a ruína física e moral do país "liberto da onipotência dos frades" para cair nas garras mais daninhas dos "barões". (BISHOP-SANCHEZ, 2008, p. 200)

Carlos abandonou o espaço doméstico, a vontade de se casar, de viver em família como antes planejara. Incapaz de tomar a decisão que lhe cabia, deixou as mulheres com quem estava sem resolver seus dilemas, e se tornou barão. Sua trajetória simboliza a derrota moral do Liberalismo, que não soube implantar e viver o verdadeiro sonho da liberdade das Luzes.

É essa degradação, que o Narrador assim atribui a todo o homem, como inerente à sua condição, que impede Carlos de amar Joaquina – o que significaria ser capaz de regressar à sua identidade natal, definitivamente perdida, embora guardada na alma como apetência de Beleza e Paz-, ou de se entregar a Georgina, porque uma parte do seu ser "pertence" mesmo assim ao Vale. Quando as duas mulheres se encontram em Santarém [...], Carlos, irresoluto, fragmentado, dilacerado, não sabe resolver o dilema – "o monstro amava-as a ambas", diz o Narrador (cap. XXXV) [...]

Essa fuga de Carlos para Évora, onde vai juntar-se ao exército constitucionalista, é, na verdade, um suicídio, ainda que moral.

[...]

Na montagem tão bem pensada da obra, significativo é notar que a sua "morte" coincide com o triunfo liberal, a ponto de ser datada de Évora-Monte, e de Maio de 1834 (sem indicação de dia) – ou seja, da localidade e do mês em que (a 26) se assinou a Convenção que pôs termo à guerra civil e estabeleceu vitória dos Constitucionais [...] (MONTEIRO, 2010, p.178; 181)

Joaquina, devido ao abandono de Carlos, não resiste emocionalmente, e vai “morar no céu junto de Deus”. “Santarém também morre; e morre Portugal”, afirma, ao final, frei Dinis (GARRETT, 2010 [1846], p. 417).

CONCLUSÃO

Em sua narrativa *Viagens na Minha Terra*, Almeida Garrett transporta para o texto literário a sua mundividência, principalmente quando trata da história de amor protagonizada por Carlos, Joanhina e Georgina; através de Carlos, explicita o seu envolvimento e infidelidade com as mulheres – o que aparentemente contradizia seu discurso no que tange à moral. No entanto, percebemos que, embora a moralidade imposta pela sociedade e pelos livros de instrução – sendo alguns escritos pelo autor de *Viagens* – se aplicasse tanto ao gênero masculino quanto ao gênero feminino, cabia a esse último segui-la de modo mais rigoroso, assim como os costumes religiosos.

Apesar de viverem numa mesma época, homens e mulheres, meninos e meninas recebiam uma educação diferenciada, ainda que em uma mesma faixa etária, pois havia diferenças entre o que deveria ser transmitido ao gênero masculino e o que deveria ser transmitido ao – e por ele executado – gênero feminino.

A sociedade portuguesa oitocentista (principalmente a burguesia e a nobreza) defendia o matrimônio e uma educação doméstica para as mulheres, pois assim elas aprenderiam – mediante a instrução materna, através de uma moral patriarcal – como serem boas esposas e mães, pois era isso que se esperava de uma mulher. Considerando esses valores, vimos como os personagens da narrativa garrettiana viveram e se posicionaram diante dos dilemas com os quais se depararam, levando-os a tomarem diferentes decisões, construindo assim suas próprias trajetórias.

Sabemos, contudo, que Carlos, homem que serviu ao país na guerra entre os absolutistas e liberais – e que, junto com os demais militantes, venceu o embate, dando alegria a tantos compatriotas através da vitória do Liberalismo –, não deu alegria a nenhuma das mulheres que, com ele e por ele, também aguardavam, senão uma alegria e vitória, ao menos uma decisão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Fernanda de. Viagens na Minha Terra: caminhos para a leitura de uma "embarçada meada". In: MONTEIRO, Ofélia Paiva; SANTANA, Maria Helena. *Almeida Garrett – um Romântico, um Moderno*. Actas do Congresso Internacional comemorativo do bicentenário do nascimento do escritor. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2003. v.2, p.60.
- AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett: memorias biographicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1884. 3v.
- BISHOP-SANCHEZ, Kathryn. *Utopias Desmascaradas: o mito do bom selvagem e a procura do homem natural na obra de Almeida Garrett*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2008.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*. Alfragide: Texto Editores, 2010.
- CASCÃO, Rui. Em casa: o quotidiano familiar. In: VAQUINHAS, I. (Coord.). *História da Vida Privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- DAVID, Sérgio Nazar. Uma vida com Garrett. In: MONTEIRO, Ofélia Paiva. *Estudos Garretianos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
- GARRETT, Almeida. *Obras completas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1963.
- _____. *O Toucador: periódico sem política*. Prefácio de Fernando de Castro Pires de Lima. Lisboa: Vega, 1993.
- _____. *Da educação*. Ed. de Fernando Augusto Machado. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2009.
- _____. *Viagens na minha terra*. Ed. de Ofélia Paiva Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2010.
- MACHADO, Fernando Augusto. *Almeida Garrett e a introdução do pensamento educacional de Rousseau em Portugal*. Rio Tinto: Edições Asa, 1993.
- _____. Introdução. In: GARRETT, Almeida. *Da educação*. Ed. de Fernando Augusto Machado. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2009.
- MAGALHÃES, José Calvet. *Garrett, a vida ardente de um romântico*. Lisboa: Bertrand, 1996.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. *O essencial sobre Almeida Garrett*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2001.
- _____. *Estudos Garretianos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

MOURA, Maria de Lúcia de Brito. Sensibilidade religiosa e devoção doméstica: entre o “Temor de Deus” e o “Amor de Deus”. In: VAQUINHAS, Irene (Coord.). *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. As relações diplomáticas. In: _____ (Coord.). *Portugal e a instauração do Liberalismo*. Nova História de Portugal, v. IX. Lisboa: Presença, 2002.

_____. A conjuntura. In: _____ (Coord.). *Portugal e a instauração do Liberalismo*. Nova História de Portugal, v. IX. Lisboa: Presença, 2002.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2005.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A restauração da Carta Constitucional: Cabralismo e Anticabralismo. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João (Coord.). *História de Portugal. V: o Liberalismo*. Lisboa: Estampa, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTANA, Maria Helena; LOURENÇO, António Apolinário. No leito: comportamentos sexuais e erotismo. In: VAQUINHAS, Irene (Coord.). *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

_____. Estética e aparência. In: VAQUINHAS, Irene (Coord.). *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

SILVA, António Martins da. A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João (Coord.). *História de Portugal. V: o Liberalismo*. Lisboa: Estampa, 1993.

VAQUINHAS, Irene; CASCÃO, Rui. Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João (Coord.). *História de Portugal. V: o Liberalismo*. Lisboa: Estampa, 1993.

_____; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto. Economia doméstica e governo do lar. Os sabores domésticos e as funções da dona de casa. In: VAQUINHAS, Irene (Coord.). *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

_____. Paixões funestas e prazeres proibidos. In: _____ (Coord.). *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.